

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2023



iegaranhuns
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS

Sumário

| | |
|--------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1. DIMENSÃO GERAL | 4 |
| 1.1 Mensagem da Administração | 4 |
| 1.2 A Companhia | 4 |
| 1.2.1 Perfil | 4 |
| 1.2.2 Objeto..... | 4 |
| 1.2.3. Justificativa do Empreendimento | 5 |
| 1.2.4 Composição Acionária | 7 |
| 1.2.5 Missão | 9 |
| 1.2.6 Princípios e Valores..... | 9 |
| 1.2.7 Organização e Gestão | 9 |
| 1.2.8 Organograma | 9 |
| 1.3 Responsabilidade com Partes Interessadas | 10 |
| 2. DIMENSÃO GOVERNANÇA CORPORATIVA | 11 |
| 3. DIMENSÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA | 12 |
| 3.1 RECEITA ANUAL PERMITIDA - RAP | 12 |
| 3.2 Desempenho Econômico-Financeiro | 13 |
| 3.4 Investimentos na Concessão | 15 |
| 3.6. Inadimplência Setorial | 15 |
| 4. BENEFÍCIOS FISCAIS | 16 |
| 4.1 SUDENE | 16 |
| 5. DIMENSÃO SOCIAL E SETORIAL | 16 |
| 5.1 Relacionamentos Sociais-Externos | 16 |
| 5.1.1 Clientes/Consumidores..... | 16 |
| 5.1.2 Fornecedores..... | 17 |
| 6. DIMENSÃO AMBIENTAL | 17 |
| 6.1 Programas Ambientais..... | 17 |
| 6.1.1. Comunicação Social e Educação ambiental | 18 |
| 6.1.2 Gerenciamento de resíduos e Conservação da faixa de servidão | 19 |
| 6.1.3 Conservação e Monitoramento da Fauna | 19 |
| 6.1.4 Atendimento a Emergências Ambientais | 20 |
| 7. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA / JURÍDICA | 22 |
| 8. INDICADORES DE DESEMPENHO | 23 |
| 8.1. Indicadores de desempenho econômico-financeiro | 23 |
| 8.1.1. Resultado do exercício (lucro/prejuízo) | 23 |
| 8.1.2. Receita Operacional Líquida - ROL | 23 |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 8.1.3. PMSO | 24 |
| 8.1.4. EBITDA | 25 |
| 8.1.5. Rentabilidade – TIR acionista (Real) | 25 |
| 8.2. Indicadores de desempenho operacional..... | 26 |
| 8.2.1. Parcela variável - PV | 26 |
| 8.2.2. Indicador de robustez do sistema - IRS | 27 |
| 8.2.3. Indicador de disponibilidade de transformadores - IDT | 27 |
| 8.2.4. Indicador de disponibilidade de linhas de transmissão - IDLT | 28 |
| 8.2.5. Desligamentos por 100 km de LT (Quantidade de desligamentos por setor de LT)..... | 28 |
| 8.2.6. Frequência de acidentes | 29 |
| 9. AUDITORES INDEPENDENTES | 29 |
| 10. ENCERRAMENTO E AGRADECIMENTOS | 29 |

1. DIMENSÃO GERAL

1.1 Mensagem da Administração

A Administração da INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A (“IE GARANHUNS”), em atendimento às disposições regulatórias, apresenta o Relatório da Administração do exercício de 2023.

A IE GARANHUNS tem como objeto social principal exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação de infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, conforme Contrato de Concessão ANEEL nº 022/2011.

A IE GARANHUNS iniciou sua fase de operação em novembro de 2015 e tem como desafio atual a operação e manutenção do empreendimento sob sua responsabilidade com regularidade, eficiência e segurança.

Finalmente, registramos nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros e a todos os que, direta ou indiretamente, estão contribuindo para o êxito das atividades da Companhia.

1.2 A Companhia

1.2.1 Perfil

A IE GARANHUNS” tem sede na Rua João Cauás, nº 51, Sala 308, Poço da Panela, município de Recife, Estado de Pernambuco, CEP 52.061-390 e está inscrita no CNPJ nº 14.432.763/0001-16.

A IE GARANHUNS é uma Sociedade de Propósito Específico criada em 22 de setembro de 2011 e tem como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implementação da infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações, centros de controle e demais infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos no Contrato de Concessão nº 022/2011 - ANEEL.

1.2.2 Objeto

A IE GARANHUNS assinou Contrato de Concessão ANEEL nº 022/2011 em 09 de dezembro de 2011, para Implantação e Exploração das Instalações de Transmissão constantes do “Lote L”, do Leilão ANEEL nº 004/2011 (“EMPREENHIMENTO”). Este leilão teve como objeto a concessão do Sistema

de Transmissão composto por 2 (duas) Subestações e 8 (oito) Linhas de Transmissão, totalizando 2.100 MVA de capacidade de transformação, 680 MVAR de compensação reativa e 808 quilômetros de linhas de transmissão, conforme a seguir descrito:

- Subestação Garanhuns 500/230KV - 600MVA de Transformação e 400 MVAR de Compensação Reativa;
- Subestação Pau Ferro 500 KV – 2 x 750 MVA de Transformação e 180 MVAR de Compensação Reativa;
- Ampliação das Subestações Luiz Gonzaga 500KV, Campina Grande III 500 KV e Angelim, mediante a instalação de um vão de entrada de linha em cada uma dessas Subestações;
- LT 500 kV Luiz Gonzaga/Garanhuns C2 - circuito simples (218 km);
- LT 500 kV Garanhuns/Pau Ferro - circuito simples (209 km);
- LT 500 kV Garanhuns/Campina Grande III - circuito simples (194 km), com 100 MVAR de Compensação Reativa no terminal em Campina Grande III;
- LT 230 kV Garanhuns/Angelim I - circuito simples (12 km);
- Seccionamento LT 230 kV Paulo Afonso III/Angelim - C2 e C3 - circuito duplo (2 x 0,7 km) (*);
- Seccionamento LT 230 kV Paulo Afonso III/Angelim - C4 - circuito simples (2 x 0,7 km) (*);
- Seccionamento LT 500kV Angelim II/Recife II – circuito simples (2 x 83 km) (*) e
- Seccionamento LT 500kV Luis Gonzaga/Angelim II - circuito simples (2 x 2,7 km) (*).

OBS: (*) Doados para a Eletrobras Chesf, por determinação do Contrato de Concessão nº 022/2011.

O empreendimento está localizado em 51 municípios, distribuídos nos Estados de Pernambuco (89%), Alagoas (6%) e Paraíba (5%), conforme Figura 1 a seguir:

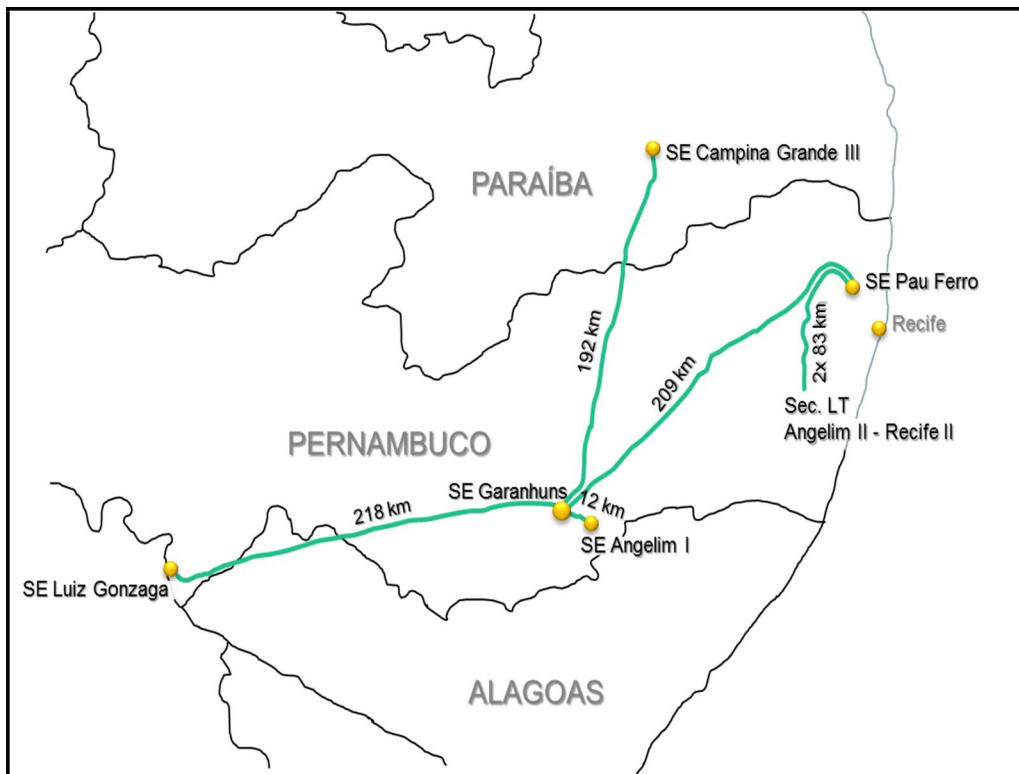


Figura 1.Localização do empreendimento.

Em 2021 a ANEEL emitiu Resolução Autorizativa 10.923/2021 visando a implantação de 2 bancos de reatores na barra de 500 kV da SE Garanhuns II, cada banco de 150 MVar e de um banco de reatores na barra de 500 kV da SE Pau Ferro, de 180 MVar. A previsão de disponibilização para entrada em operação comercial, de acordo com a Resolução, foi de 36 meses. Todas as ações associadas ao cumprimento de tal resolução foram adotadas, redundando na entrada em operação comercial, na Subestação Garanhuns, II do primeiro banco (código operacional 05E6/GRD) no dia 17/10/2023, e do segundo banco (código operacional 05E7/GRD) no dia 21/10/2023. O banco da SE Pau Ferro foi disponibilizado para entrada em operação comercial em 23/10/2023. Desta forma, o atendimento à Resolução 10.923/2021 foi integralmente concluído com 206 dias de antecedência, em estrita obediência aos tetos orçamentários determinados, e sem o registro de nenhum acidente do trabalho durante toda a obra.

1.2.3. Justificativas do Empreendimento

O empreendimento tem como justificativas:

- a) Atender, de forma permanente, uma otimização dos fluxos energéticos para o Estado de Pernambuco e Região Nordeste, minimizando o custo global de conexão e os gastos com expansão da rede elétrica e

b) Escoamento da geração proveniente das Centrais de Geração Eólica futuras e em instalação no Estado do Rio Grande do Norte.

O prazo de concessão estabelecido pelo Poder Concedente é de 30 (trinta) anos a contar da assinatura do contrato de concessão (09 de dezembro de 2011). A Receita Anual Permitida (RAP) é de R\$ 68.900.000,00 (sessenta e oito milhões e novecentos mil reais), com data de referência de 02 de setembro de 2011.

1.2.4 Composição Acionária

A IE GARANHUNS tem a seguinte composição acionária, conforme Tabela 1 abaixo:

Tabela 1. Composição Acionária da IE Garanhuns.

| Acionista | Ações subscritas | % |
|--------------------------------------------------------------|-------------------------|---------------|
| ISA CTEEP – Cia. de Transmissão de Energia Elétrica Paulista | 290.700.000,00 | 51,00 |
| ELETROBRAS CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco | 279.300.000,00 | 49,00 |
| TOTAL | 570.000.000,00 | 100,00 |

Os acionistas da Interligação Elétrica Garanhuns S/A são grandes companhias brasileiras do Setor de Energia Elétrica:

- **ISA-CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista**

A ISA CTEEP possui posição de liderança no segmento de transmissão de energia nacional. Sua infraestrutura é composta por mais de 31 mil km circuitos (cerca de 28 mil em operação e 3,4 mil em construção) e 140 subestações próprias e em conjunto (132 em operação e 8 em construção) e mais de 84 mil MVA de capacidade de transformação. Com uma equipe de mais de 1.600 colaboradores, atua em 18 Estados, operando uma rede de transmissão por onde trafegam cerca de 30% de toda a energia elétrica transmitida no Brasil e aproximadamente 95% no Estado de São Paulo.

Buscando garantir a longevidade corporativa e maximizar a geração de valor para seus acionistas, em 2023, a Companhia seguiu o ritmo de expansão observado nos últimos anos e consagrou-se como a grande vencedora do Leilão de Transmissão nº 01/2023 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), um dos maiores leilões da história do setor de transmissão brasileiro, com a conquista dos lotes 1 (Projeto Serra Dourada), 7 (Projeto Itatiaia) e 9 (Projeto Água Vermelha). Com o investimento total previsto de R\$ 5,6 bilhões (Capex Aneel) nos três empreendimentos, a empresa concretizará cerca de 25% dos

investimentos previstos pelo regulador no certame, construindo 2.160 quilômetros em linhas de transmissão e quatro subestações, além de executar a expansão de outra existente.

Comprometida com projetos que contribuem para a segurança do sistema elétrico, a ISA CTEEP também investiu R\$ 1.220,3 milhões na renovação de seu parque instalado em 2023, o que representa uma alta de 48% referente ao exercício anterior. É o maior nível de investimento realizado em modernização na história da empresa. Hoje a Companhia possui R\$ 5,0 bilhões de investimentos em projetos já autorizados pela ANEEL e que serão realizados até o final de 2028.

Além de garantir o crescimento futuro, a ISA CTEEP anunciou em 2023 a entrada em operação integral do Projeto Itaúnas, e a energização parcial do projeto Triângulo Mineiro, passando a receber 70% da RAP de R\$ 42,1 milhões a partir de julho de 2023. Outro destaque da Companhia foi o início da operação da primeira Subestação 4.0 do sistema de transmissão brasileiro, instalada na Subestação Jaguariúna, ativo já existente e localizado no interior de São Paulo. A iniciativa é resultado de projeto de P&D da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e contou com investimento superior a R\$ 11 milhões. Iniciativa visa a atender às novas demandas do setor elétrico para melhorar a integração das fontes renováveis, aumentar a resiliência da rede e acelerar a transição energética ao contar com um sistema de proteção, controle, automação, monitoramento, comunicação e gerenciamento de ativos totalmente digital.

- **ELETOBRAS CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco**

A Eletrobras Chesf, concessionária de serviço público de energia elétrica, é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Tem como atividade principal a geração e a transmissão de energia elétrica, com foco de atuação na Região Nordeste.

A Eletrobras Chesf possui 12 Hidrelétricas, sendo 8 no Rio São Francisco, 2 no Rio Contas (BA), 1 no Rio Parnaíba (PI) e 1 no Rio Piancó (PB). Além das hidrelétricas, a Eletrobras Chesf possui também 14 parques eólicos e 6 plantas de micro e minigeração geração fotovoltaica. A potência total instalada do parque gerador da Eletrobras Chesf é de 10.460,43 MW. Possui também capacidade instalada total de 79.864,4 MVA de transformação em geração e transmissão, 22.042,90 km de linhas de transmissão e 143 subestações com tensões de até 550 kV.

Além disso, a Eletrobras Chesf possui participação em 3 de usinas hidrelétricas, 4 parques eólicos e 3 empreendimentos de transmissão (LT e SE), no formato de SPE - sociedade de propósito específico.

1.2.5 Missão

A IE GARANHUNS tem como missão ser uma empresa transmissora de energia elétrica eficiente, que preste serviço público com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação de seus serviços.

1.2.6 Princípios e Valores

A IE GARANHUNS segue os princípios basilares da prestação de serviço público adequado e tem como valor o respeito a seus *stakeholders*.

1.2.7 Organização e Gestão

A IE GARANHUNS possui um quadro otimizado, com gestores de cada área de influência da empresa (funditário, jurídico, financeiro, contábil, engenharia - linhas de transmissão, engenharia - subestações, planejamento e controle), responsável por gerir e fiscalizar os trabalhos necessários para a operação e manutenção do empreendimento.

Por ter em seu quadro societário duas das maiores empresas de transmissão de energia elétrica brasileiras, a IE GARANHUNS se beneficia da expertise de seus acionistas, de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas com o Poder Concedente e prestar o serviço adequado para seus clientes.

1.2.8 Organograma

Estes colaboradores respondem para uma Diretoria Colegiada, composta de um Diretor Técnico e um Diretor Administrativo Financeiro, conforme Figura 2 :

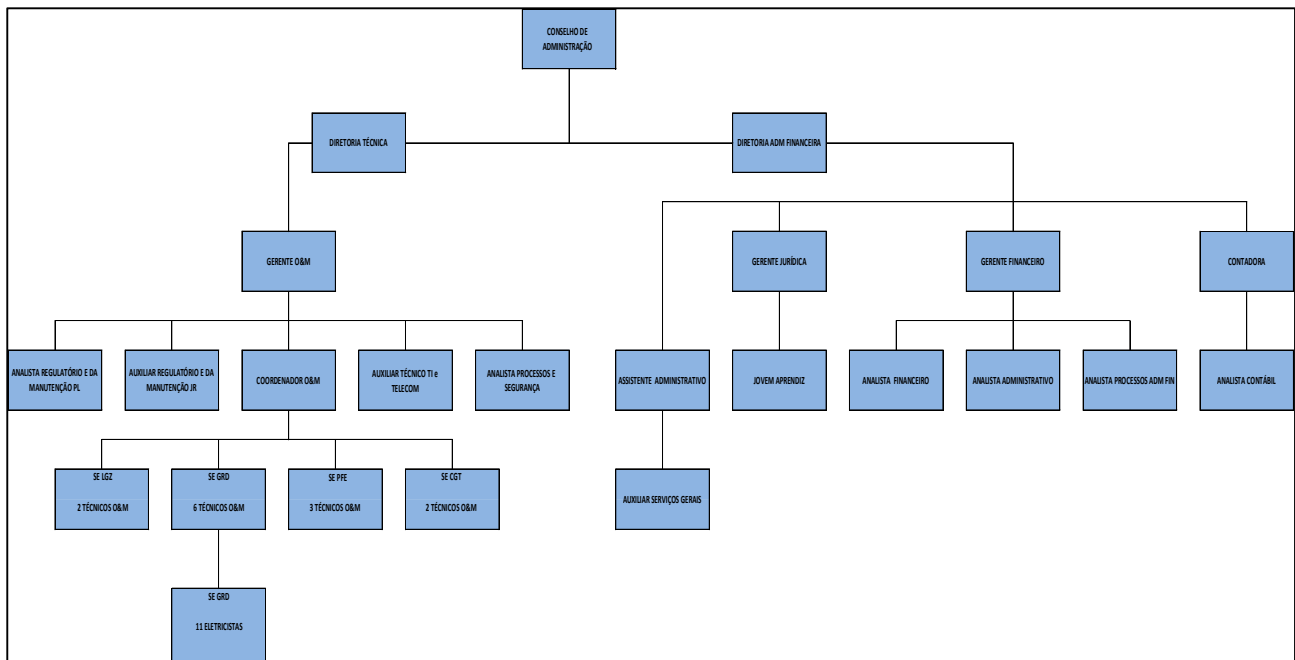


Figura 2. Organograma da IE Garanhuns.

Por ter um quadro enxuto e concentrado na sede da empresa e na subestação Garanhuns II, o relacionamento entre funcionários é direto e desburocratizado, favorecendo o inter-relacionamento entre todas as áreas da empresa.

1.3 Responsabilidade com Partes Interessadas

A responsabilidade da IE GARANHUNS com partes interessadas pode ser resumida da seguinte forma (Quadro 1).

Quadro 1. Responsabilidade da empresa e respectivas partes interessadas

| Parte interessada | Detalhamento | Canal de Comunicação |
|---------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Acionistas e investidores | Acionistas – ISA CTEEP e ELETROBRAS CHESF | O relacionamento é feito diretamente através da Diretoria da Companhia, membros do Conselho de Administração, indicados pelos acionistas e com os representantes dos acionistas, na área de governança/societário. |
| Clientes | A empresa, como uma transmissora tem como clientes diretos todos os Geradores, Distribuidores e Clientes Livres conectados na Rede Básica | ONS |

| | | |
|--------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Fornecedores | | Cada fornecedor tem contato direto com o gestor do contrato, sendo que os contatos telefônicos e e-mail do porta-voz da empresa e do fornecedor ficam especificados em cada contrato |
| Colaboradores | | Contato pessoal direto, reuniões, e-mails e telefonemas |
| Órgãos públicos | MME, ANEEL, ONS, IBAMA, IPHAN, CPRH e outros | Através de correspondências e reuniões |
| Organizações ambientais e comunidade | Proprietários de imóveis onde estão instituídas as servidões administrativas | Distribuição de panfletos, canal telefônico gratuito (0800-602-3432), visitas de assistentes sociais |

2. DIMENSÃO GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa da IE GARANHUNS materializa-se no ato de manter de forma organizada e registrada as atas de Conselho de Administração e Assembleia Geral, na forma disposta na legislação vigente e no Estatuto Social da Companhia, de modo que aquelas possam ser conferidas e auditadas por seus acionistas a qualquer tempo.

A IE GARANHUNS é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva.

O Conselho de Administração da empresa é composto por 04 membros titulares e 02 membros suplentes, sendo metade indicada pela acionista ISA CTEEP (51% do controle acionário) e a outra metade indicada pela acionista ELETROBRAS CHESF (49% do controle acionário). A composição do Conselho de Administração é a que segue conforme Quadro 2 abaixo:

Quadro 2. Composição do Conselho de Administração da IE GARANHUNS

| CARGO | NOME | Mandato | |
|-----------------------------|---------------------------------------|---------|---------|
| | | INÍCIO | TÉRMINO |
| Presidente do Conselho | Luciana Condé Martins Soares da Costa | Mai-23 | Abr 25 |
| Vice-Presidente do Conselho | Rui Chammas | Mai-23 | Abr 25 |
| Conselheira Efetiva | Carisa Santos Portela Cristal | Mai-23 | Abr 25 |
| Conselheiro Efetivo | Flávio Henrique Batista Bezerra | Mai-23 | Abr 25 |
| Conselheiro Suplente | Wagner Yuji Okada | Mai-23 | Abr 25 |
| Conselheira Suplente | Rebecca Oliveira Xavier Santos | Ago-23 | Abr 25 |

As reuniões do Conselho de Administração são bimestrais e tem por objeto a apresentação de matérias para aprovação, quando forem de competência desta instância interna, na forma disposta no Estatuto Social da Companhia, bem como a apresentação de informações de rotina das áreas técnicas e administrativo/financeiras.

A Diretoria Executiva da empresa é composta por dois membros, sendo um Diretor Administrativo Financeiro e um Diretor Técnico. A atual composição da Diretoria Executiva está representada no Quadro 3.

Quadro 3. Composição da Diretoria da IE GARANHUNS

| CARGO | NOME | Mandato | |
|-----------------------------------|--------------------------------|----------|----------|
| | | INÍCIO | TÉRMINO |
| Diretor Administrativo Financeiro | Roberto Sampaio Pires Ferreira | Abril-21 | Abril-24 |
| Diretor Técnico | Moacir Biazzi Aversi | Abril-21 | Abril-24 |

A Administração da Interligação Elétrica Garanhuns S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta anualmente o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes. As Demonstrações estão sempre em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

Para o exercício de 2023, as Demonstrações Financeiras da IE GARANHUNS foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

3. DIMENSÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

3.1 RECEITA ANUAL PERMITIDA - RAP

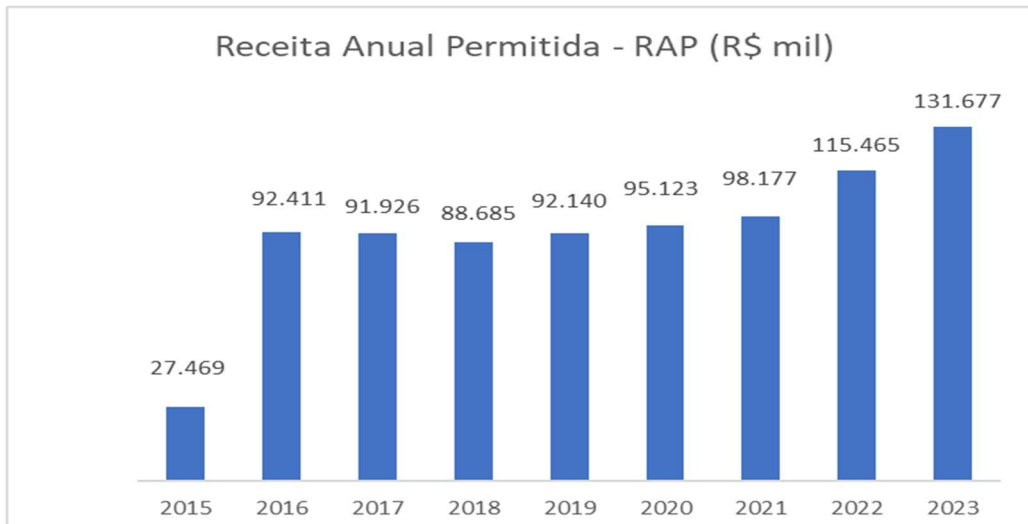
A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária foi definida como resultado do certame licitatório, Leilão 004/2011-ANEEL, e é anualmente atualizada nos meses de julho pela variação do IPCA, através de Resoluções Homologatórias. Também é previsto no Contrato de Concessão a aplicação de Revisão Tarifária Periódica, a cada 5 anos, tendo a primeira revisão sido realizada em julho/2017 (Quadro 4), e a segunda em julho de 2023.

Quadro 4. Revisão Tarifária Periódica da RAP

| Número | Prazo (anos) | Vigência até | RAP(*) | Índice de correção |
|----------|--------------|--------------|--------|--------------------|
| 022/2011 | 30 | dez-41 | 68.900 | IPCA |

(*) A RAP informada está conforme contrato de concessão ANEEL 022/2011 e tem a referência de setembro de 2011 (valor original).

O valor da RAP projetada para o exercício de 2024 é de R\$ 147.098 mil.



3.2 Desempenho Econômico-Financeiro

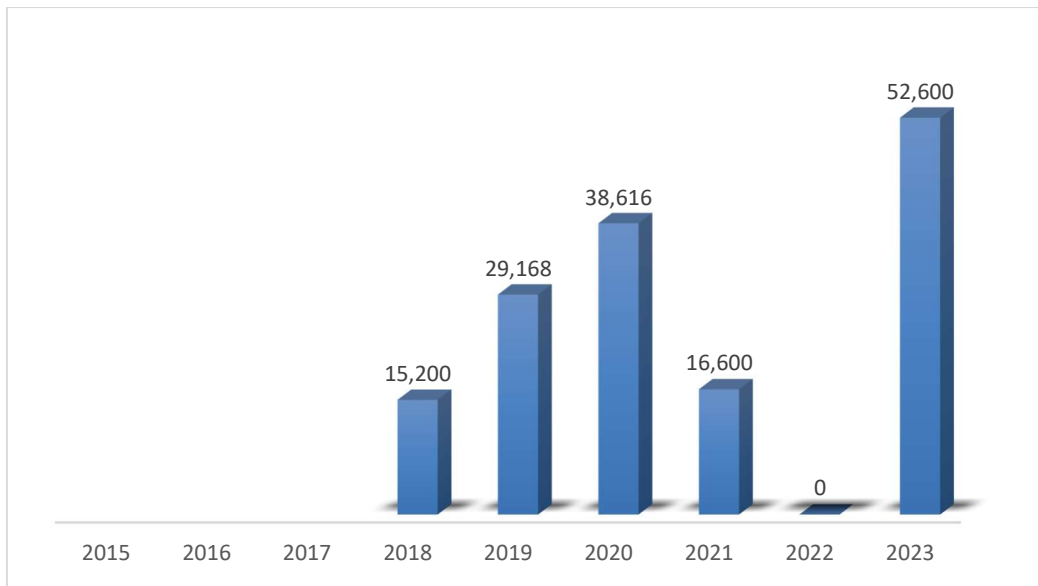
O Resultado Financeiro atingiu R\$ (4.759) mil em 2023, frente ao resultado de R\$ (5.577) mil em 2022, conforme demonstrado a seguir.

Tabela2. Resultado Financeiro referente ao ano de 2023

| | 2023 | 2022 |
|---------------------------------------------|---------------|----------------|
| Receitas financeiras | 4.774 | 5.609 |
| Receita de aplicações financeiras | 4.541 | 5.452 |
| Tributos sobre a receita financeira | -263 | -244 |
| Outras receitas financeiras | 495 | 401 |
| Despesas financeiras | -9.533 | -11.185 |
| Encargos sobre empréstimos e financiamentos | -9.333 | -11.011 |
| Outros | -200 | -174 |
| Resultado financeiro | -4.759 | -5.577 |

3.3. Distribuição de Proventos

Em 2018, a Companhia fez, pela primeira vez, desembolso a título de distribuição de dividendos, no valor de R\$ 15,2 milhões. Em 2023 foi distribuído R\$ 52,6 milhões na forma de dividendos.



O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme demonstrado na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3. Distribuição de dividendos referentes ao ano de 2023

| | 2023 | 2022 |
|---------------------------------|---------|---------|
| Lucro líquido do exercício | 117.578 | 196.732 |
| (-) Reserva legal | -5.879 | -9.837 |
| (-) Reserva de incentivo fiscal | -9.454 | -8.388 |
| Base de cálculo | 102.245 | 178.507 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 25.561 | 44.627 |

A movimentação dos dividendos propostos e a pagar estão representadas a seguir:

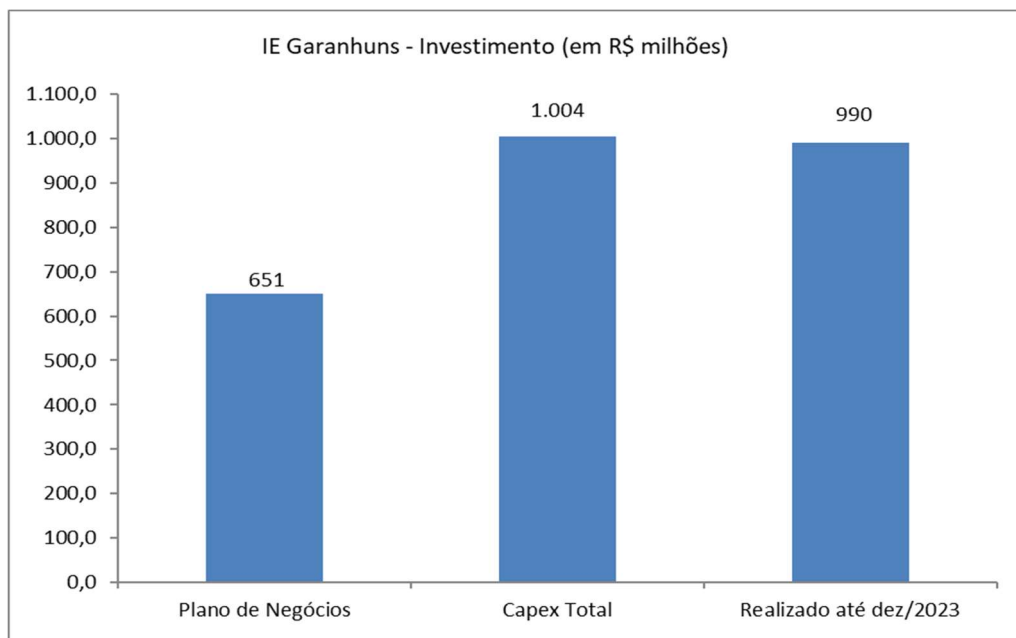
| | 2023 | 2022 |
|-----------------------------------------------------------------|---------|----------|
| Dividendos aprovados anos anteriores | 44.627 | 29.496 |
| Dividendos mínimos obrigatórios pagos no exercício corrente (c) | (4.627) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios revertidos (a) | - | (29.496) |
| Reversão de reserva de dividendos (c) | 7.973 | |
| Dividendos pagos de exercícios anteriores (c) | (7.973) | |
| Dividendos mínimos obrigatórios do período corrente (b) | 25.561 | 44.627 |
| Saldo final | 25.561 | 44.627 |

- (a) O valor dos dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos em 2021, no montante de R\$ 29.496, foi registrado no passivo circulante e, no decorrer de 2022, foi revertido para a Reserva especial de dividendos, após deliberação dos acionistas em AGE de 12 de dezembro de 2022.

- (b) As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 contemplam o valor do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 25.561, registrado no passivo circulante, em função de sua natureza de obrigação legal e estatutária.
- (c) Além do montante de R\$44.627, durante o exercício de 2023, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 7.973, contra a reserva especial de dividendos, a título de dividendos de exercícios anteriores.

3.4 Investimentos na Concessão

Segue a seguir demonstrativo dos investimentos em construção de Linhas de Transmissão e Subestações até dezembro de 2023.



3.5. Captações de Recursos

Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a Interligação Elétrica Garanhuns S/A. captou um total de R\$ 357.400.000,00 em recursos de empréstimos e financiamentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

3.6. Inadimplência Setorial

A IE GARANHUNS operou comercialmente suas instalações em 2023 emitindo cobranças no montante de R\$ 137.801 mil, para um total de 1.592 Agentes. Em dezembro de 2023 registramos uma inadimplência de R\$ 863 mil, valor equivalente a 0,63% do faturamento total de 2023. Em 2022 a inadimplência foi de 0,42% do faturamento anual.

4. BENEFÍCIOS FISCAIS

4.1 SUDENE

Em 29 de dezembro de 2016, foi emitido o Laudo de Constituição nº 0220/2016 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o qual aprova o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis em favor da companhia com o período de fruição de 2016 a 2025. A fundamentação legal para o reconhecimento do direito é o Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199/2014, de 24 de agosto de 2011, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais (Tabela 4).

Tabela 4. Benefícios fiscais relativos à Sudene referente ao ano de 2023

| | 2023 | 2022 |
|----------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda | 79.061 | 64.866 |
| Alíquota nominal vigente de IR e CSLL (34%) | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social esperada | -26.881 | -22.054 |
| Adições (exclusões), líquidas | 15.039 | 11.499 |
| Incentivo fiscal - SUDENE | 9.454 | 8.388 |
| Imposto de renda e contribuição social | -2.388 | -2.167 |
| Alíquota efetiva | 9% | 10% |

5. DIMENSÃO SOCIAL E SETORIAL

5.1 Relacionamentos Sociais-Externos

5.1.1 Clientes/Consumidores

A IE GARANHUNS encontra-se em plena atividade operacional. Os 10 (dez) principais clientes/consumidores são demonstrados na Tabela 5.

Tabela 5. Principais consumidores da IE GARANHUNS

| COD | CLIENTES | Valor (R\$ mil) |
|------------|----------------------------|------------------------|
| 2019 | CEMIG-D | 7.223 |
| 2035 | ELETROPAULO | 6.546 |
| 2027 | COPEL-D | 6.494 |
| 3359 | NORTE ENERGIA (BELO MONTE) | 5.398 |
| 2011 | CELESC | 4.975 |
| 2030 | CPFL-D | 4.887 |
| 3022 | CHESF-G | 4.181 |
| 2040 | LIGHT-D | 4.165 |
| 2025 | COELBA-D | 3.830 |
| 2001 | RGE SUL (AES-SUL) | 3.620 |

5.1.2 Fornecedores

A IE GARANHUNS sempre inclui em seus contratos cláusulas proibindo mão de obra infantil, trabalho irregular de adolescentes ou trabalho forçado/escravo, bem como exige a entrega de documentação que comprove o cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e ambientais, sob pena de rescisão contratual.

6. DIMENSÃO AMBIENTAL

O empreendimento da IE GARANHUNS se encontra com atividades operacionais em pleno andamento e mantém suas atividades no âmbito ambiental de modo a garantir que todos os programas ambientais e condicionantes expostos em suas licenças sejam cumpridos. Os principais tópicos são:

6.1 Programas Ambientais

O Programa de Gestão Socioambiental (PGSA) da IE Garanhuns constitui-se em um instrumento de gestão, que tem por objetivo garantir a correta gestão ambiental do empreendimento e o cumprimento ao atendimento à legislação ambiental. As ações que integram os diversos Programas Socioambientais constituem coordenação entre programas e o relacionamento entre as instituições direta ou indiretamente envolvidas com o empreendimento: esferas de governo, comunidades e agentes responsáveis pela operação e manutenção dele.

Estão sendo desenvolvidos 6 programas durante a operação do empreendimento, sendo eles:

- Comunicação Social;
- Educação Ambiental;
- Gerenciamento de Resíduos;

- Conservação da Faixa de Servidão, Caminhos de Serviços e SE Garanhuns;
- Conservação e Monitoramento da Fauna; e
- Atendimento a Emergências Ambientais

6.1.1. Comunicação Social e Educação ambiental

O Programa de Comunicação Social foi desenvolvido com o objetivo de divulgar informações orientativas sobre o convívio seguro das comunidades vizinhas ao empreendimento. O Programa prevê ações tanto de comunicação direta, por meio da realização de oficinas, reuniões ou encontros com as lideranças e as comunidades, como ações indiretas como a produção de material informativo e a divulgação do canal de comunicação 0800. São realizadas também visitas aos locais escolhidos para as oficinas de Educação Ambiental, a fim de agendar as possíveis datas para a execução das oficinas. A 7ª Campanha do Subprograma de Comunicação Social foi realizada entre os dias 23/02 e 02/03 de 2023, nos municípios que compõem o Grupo A, e entre os dias 03 e 06/04 de 2023, nos municípios que compõem o Grupo B onde todos os municípios foram atendidos satisfatoriamente, de modo que em todos os sítios, áreas urbanas, posto de saúde e escolas foram visitados e a população, mais uma vez, teve as informações de segurança de linhas e sobre queimadas, reforçadas.

O Programa de Educação Ambiental tem objetivo de integrar as comunidades onde estão lotadas as linhas de transmissão com a natureza, promovendo conscientização, preservação e conservação ambiental.

O Programa prevê ações tanto nas escolas, quanto em Posto de Saúde da Família, Assentamentos e/ou Comunidades, que são materializadas por meio de oficinas, reuniões e/ou encontros com as lideranças.

A 7ª Campanha foi realizada no período de 27/03 a 30/03/23, nas comunidades do Grupo A (Jatobá, São João, Angelim, Calçado e Lajedo) e as comunidades situadas no Grupo B, a campanha foi realizada de 02/05 a 05/05/2023, contemplando os municípios de Agrestina, Brejo da Madre de Deus e Paudalho. De maneira geral, a 7ª Campanha de Educação Ambiental apresentou as temáticas de Animais Nativos da Catinga, Tubarões e brinquedos recicláveis, para as escolas, Plantas Medicinais para o assentamento e comunidades de Lajedo e Calçado, e convivência segura com as Linhas Transmissão no Posto de Saúde da Família de Jatobá.

O resultado satisfatório das campanhas, firmou-se a partir do acolhimento e diálogo das escolas, Posto de Saúde e comunidades, todos ficaram visivelmente entusiasmados com o projeto, fortalecendo assim o vínculo entre a IE Garanhuns e a comunidade.

6.1.2 Gerenciamento de resíduos e Conservação da faixa de servidão

Dentre as principais preocupações da IE GARANHUNS, uma trata-se da gestão de resíduos sólidos, pois não é admitida a permanência de qualquer tipo de resíduo na faixa de servidão. O controle de resíduos sólidos tem por objetivo diminuir os riscos de contaminação do solo e dos corpos d'água pelo manuseio, tratamento e disposição inadequados dos resíduos sólidos gerados durante a operação.

De maneira geral, a gestão ambiental dos resíduos sólidos é pautada pelos seguintes aspectos:

- Conhecimento prévio dos resíduos que serão potencialmente gerados;
- Caracterização prévia dos resíduos segundo a norma NBR 10.004, a qual classifica os resíduos sólidos em Classe I (Perigoso), Classe II A (Não-inerte) e Classe II B (Inerte). A classificação será feita mediante análise laboratorial sempre que necessário e considerará os riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública;
- Definição dos procedimentos de coleta, armazenamento provisório e destinação final;
- Levantamento de possibilidades para destinação alternativa (reuso e reciclagem) de resíduos selecionados.

Foram realizadas duas visitas técnicas para observação e acompanhamento das atividades diárias realizadas nas duas Subestações, por meio da identificação dos resíduos que são gerados em cada etapa do processo e levantamento da gestão atual que está sendo aplicada. Como forma de melhorar o gerenciamento dos resíduos na SE Garanhuns, alguns pontos de melhorias foram identificados e, por essa razão, um treinamento será realizado, visando a aplicação de ações corretivas que resultem na implementação do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, conforme enquadramento da legislação vigente.

6.1.3 Conservação e Monitoramento da Fauna

O Subprograma de Conservação e Monitoramento da Fauna é considerado imprescindível para o registro e quantificação dos possíveis impactos ambientais gerados pela operação do empreendimento. O monitoramento da fauna permitirá um melhor conhecimento da estrutura das comunidades alvo na área de estudo e, possivelmente, a forma como elas respondem à implantação

e operação do empreendimento. As atividades relacionadas à fauna são divididas em três programas: Programa de Monitoramento de Fauna; Programa de Monitoramento de Colisão de Avifauna e Programa de Afugentamento de Fauna.

Após a realização de seis campanhas de monitoramento de fauna foram registradas 34 espécies de mamíferos, pertencentes a 17 famílias e sete ordens, sendo 377 espécimes de 20 espécies de pequeno porte e outros 374 indivíduos de 14 espécies de mamíferos de médio e grande porte. Essa diversidade registrada pode ser considerada bastante relevante e acima da média observada em levantamentos semelhantes.

No decorrer dos três anos de monitoramento realizados ao longo das quatro linhas de transmissão aqui estudadas, foi possível observar uma avifauna típica de ambientes abertos com vegetação arbustiva em meio a uma matriz antrópica. Com base no principal objetivo do Programa de Monitoramento de Colisão de Aves com Linhas de Transmissão, destaca-se a ocorrência de espécies de aves associadas a corpos aquáticos temporários, como lagoas e riachos, geralmente circundadas por área de pastagem ou cultivo.

Um total de 54 espécies com potencial de colisão foram registradas durante os três anos de monitoramento da avifauna.

6.1.4 Atendimento a Emergências Ambientais

O Plano de Atendimento à Emergências Ambientais – PAE, tem como objetivo primordial o desencadeamento de ações para obter a resposta imediata a eventos adversos que possam ocorrer nas áreas sob a influência das Linhas de Transmissão e Subestação Garanhuns II, administrada pela IE Garanhuns, no sentido de eliminar ou minimizar os efeitos de adversidades decorrentes das atividades operacionais e de manutenção dos empreendimentos.

O PAE apresenta os procedimentos e estratégias a serem utilizadas em situações emergenciais envolvendo linhas de transmissão, prevendo recursos materiais e humanos necessários, assim como, a adoção de linhas de resposta, conjunta e organizada, quando da iminente e real ocorrência das tipologias acidentais possíveis.

Para a execução do Plano, são previstas a identificação dos riscos constantes, baseada no histórico de acidentes típicos, ocorrências anormais e nas hipóteses acidentais. As equipes que compõem o

plano recebem treinamento, principalmente ao combate a princípio de incêndio, preservação do meio ambiente e primeiros socorros.

Outras 04 situações emergenciais foram adicionadas neste novo treinamento, a fim de atender às necessidades do empreendimento, de acordo com demandas coletadas nos treinamentos anteriores, somando 8 situações, sendo elas:

- Queimadas na faixa de servidão e áreas adjacentes;
- Incêndio nos transformadores das Subestações;
- Situações de vazamento de óleo dos transformadores das Subestações;
- Quedas de estruturas ou rompimento de cabos das Linhas de Transmissão de 500kV e 230 kV.
- Derramamento de soluções ácidas nas áreas do sistema de baterias da SE;
- Acidente de queda de altura;
- Choque elétrico;
- Acidente com animais peçonhentos.

Cada uma dessas situações foi abordada na apresentação, utilizando-se recursos visuais (apresentação de slides em datashow). Durante a apresentação, foram realizadas várias trocas de saberes e informações necessárias descritas em campo pelas equipes das SE's. Os participantes também puderam tirar dúvidas e interagir com o assunto que estava sendo abordado, promovendo bom desenrolar de conteúdo.

As atividades foram desenvolvidas entre os dias 12 e 13 de dezembro de 2023 nas duas SE's, tendo sido realizada uma explanação sobre o cenário de derramamento de óleo em áreas dentro da abrangência das LT's e das SE's, com parte prática também sendo aplicada.

Na ocasião foi apresentado o PAE e seus procedimentos, enfatizando a importância de todos terem conhecimento sobre a existência dele. A interação e participação dos técnicos foi bastante necessária, tendo em vista a vivência em campo de todos. O interesse pelo conteúdo do Plano foi muito apreciado por todos, que demonstraram uma necessidade de aprendizado sobre o tema repassado. Os procedimentos descritos no PAE foram evidenciados de forma detalhada, para que ficassem claras as ações previstas em cada uma das situações de emergência.

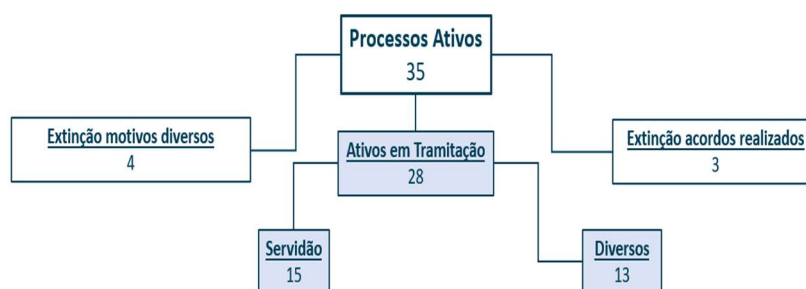
7. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA / JURÍDICA

O empreendimento da IE Garanhuns perpassou por 2.581 propriedades, onde 81% das liberações ocorreram de forma amigável, enquanto 19%, ou seja, 492 propriedades, foram demandadas judicialmente em 245 ações de instituição de Servidão para discussão do quantum indenizatório.

Ao longo dos últimos anos, a IE Garanhuns desenvolveu políticas de acordos e trabalha incansavelmente para zerar o seu passivo fundiário, pagando o justo valor aos proprietários pelo direito de passagem das Linhas de Transmissão nas propriedades que foram afetadas pelo empreendimento.

Com os acordos realizados, os resultados estão sendo exitosos para Companhia, que reduz consideravelmente o eventual incremento do custo do CAPEX (dos juros e atualizações dos valores contingenciados). No último ano foram encerradas 17 ações, estando atualmente a IE Garanhuns com 35 ações ativas distribuídas em 21 Comarcas, onde, atualmente, 5 estão em fase de finalização (Acordo).

Figura 3 – Quantitativo das ações judiciais em andamento para estabelecimento da faixa de servidão.



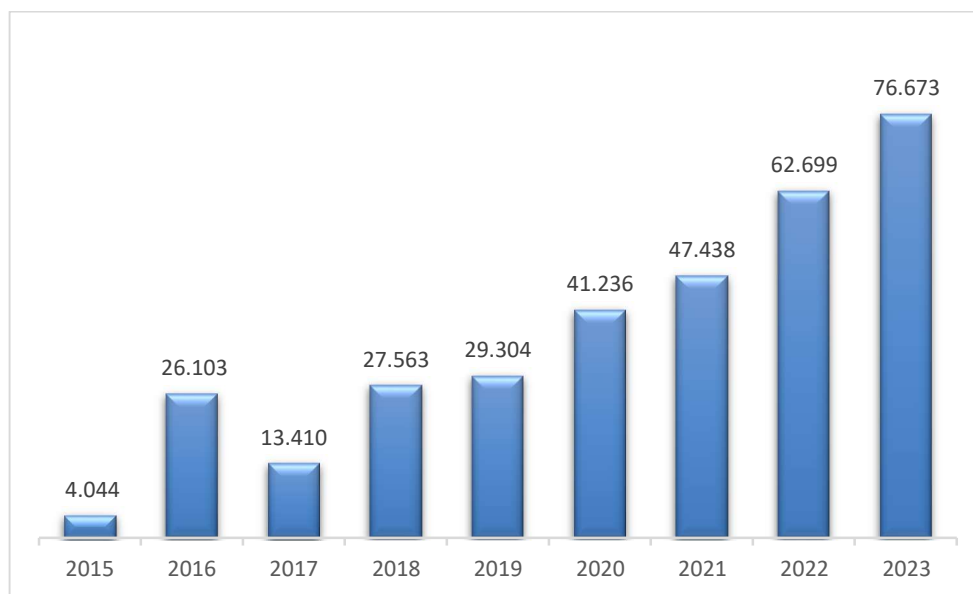
Ressalta-se que todos os processos de servidão estão com valores contingenciados, com base em perícia realizada por Assistente Técnico contratado pela Companhia, de forma a manter valores provisionados, auxiliando uma rápida tomada de decisão para realização de acordo.

8. INDICADORES DE DESEMPENHO

8.1. Indicadores de desempenho econômico-financeiro

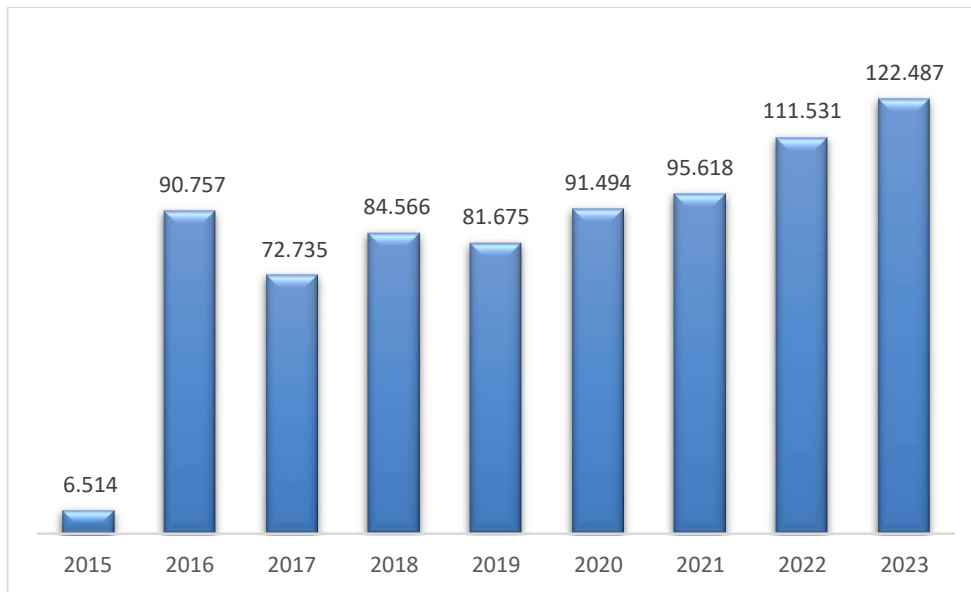
8.1.1. Resultado do exercício (lucro/prejuízo)

A IE Garanhuns registrou no exercício de 2023 lucro de R\$ 76,673 milhões, representando um aumento de 22,3% em relação a 2022. Esta variação é decorrente de uma geração de caixa eficiente, reduzindo custos e despesas.



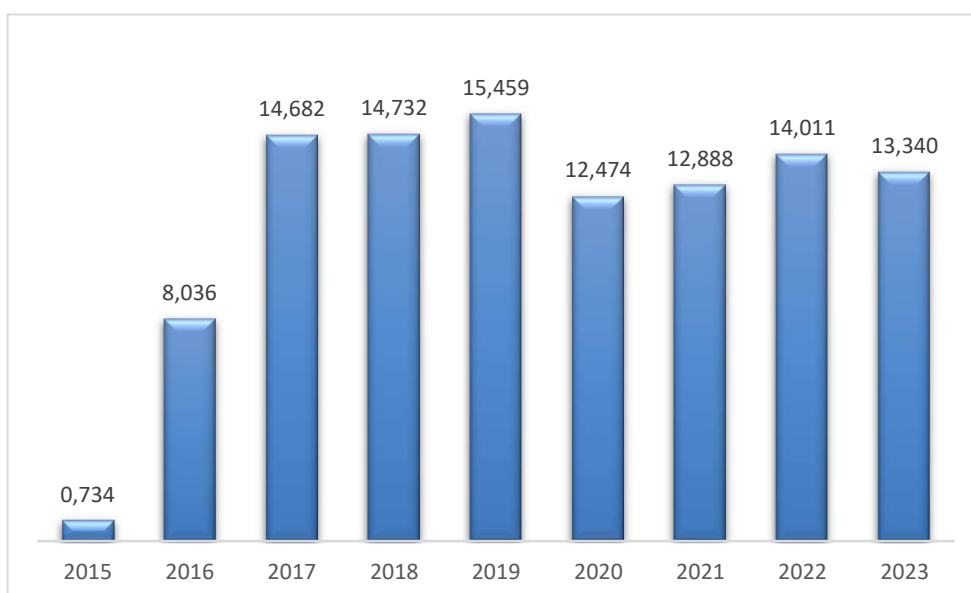
8.1.2. Receita Operacional Líquida - ROL

A Receita Operacional líquida (ROL), que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, apresentou aumento de 9,9% em relação ao exercício anterior. Este aumento foi decorrente do reajuste anual e pelo RAP adicional devido à entrada em operação de eventos autorizados, com antecedência em relação ao prazo estipulado pela ANEEL.



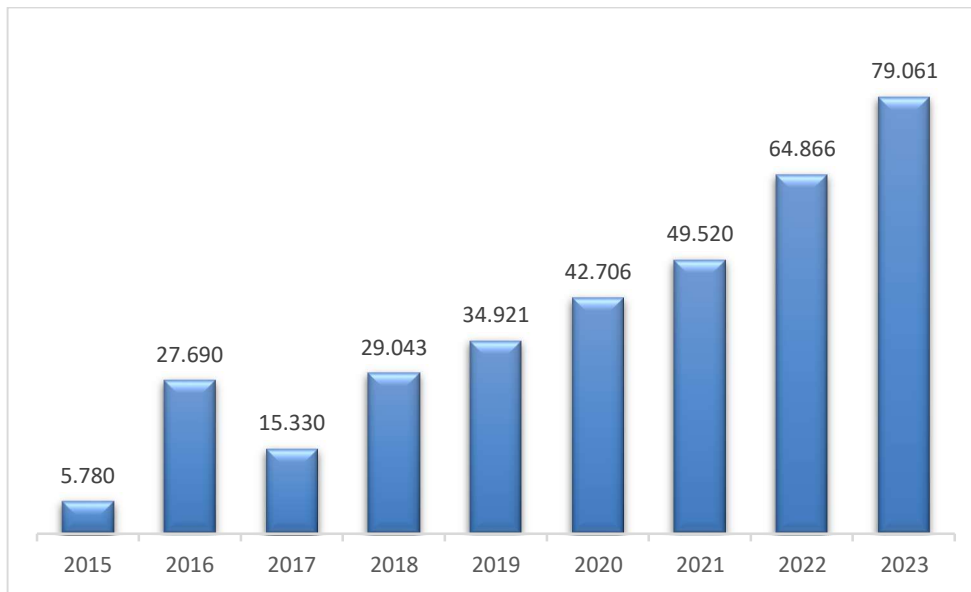
8.1.3. PMSO

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$13,340 milhões no exercício de 2023, apresentando uma redução de 4,8% em relação ao exercício anterior. Tal redução foi decorrente do uso das equipes próprias na fiscalização e comissionamento dos empreendimentos autorizados pela ANEEL, tendo as despesas associadas sido classificadas como CAPEX.

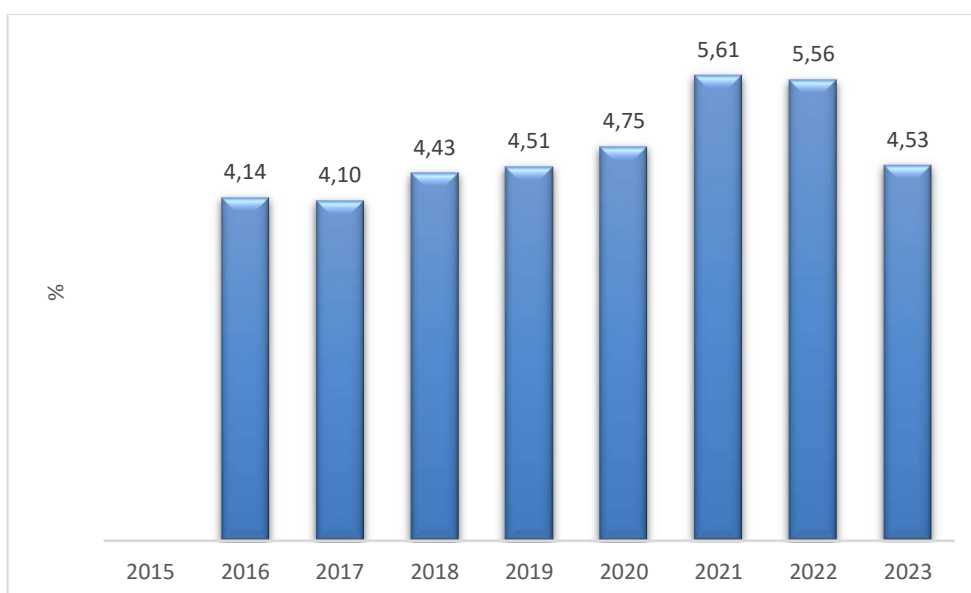


8.1.4. EBITDA

A geração operacional de caixa, expressa pelo EBITDA, foi de R\$ 79,061 milhões em 2023, contra o montante de R\$ 64,866 milhões em 2022, representando um aumento de 21,9%. Esta variação é decorrente de uma geração de caixa eficiente, reduzindo custos e despesas.



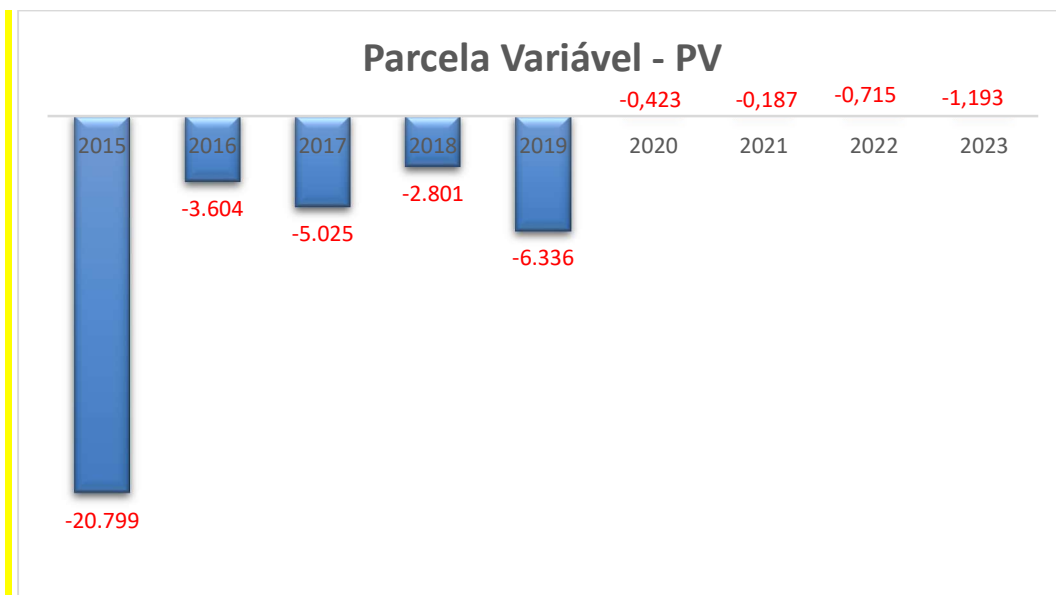
8.1.5. Rentabilidade – TIR acionista (Real)



8.2. Indicadores de desempenho operacional

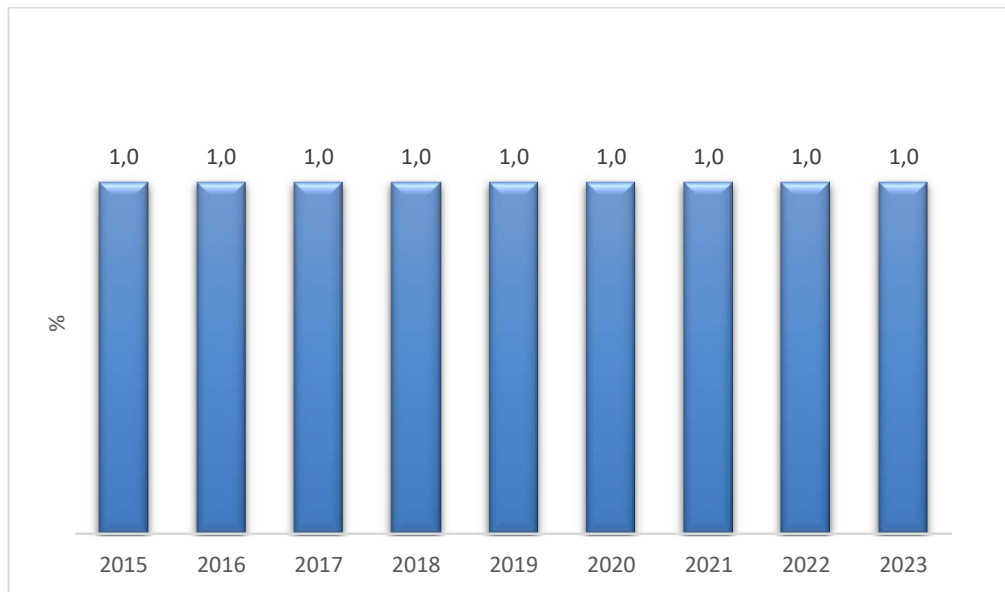
8.2.1. Parcela variável - PV

Indica o desconto da Receita Anual Permitida – RAP das funções de transmissão, devido a indisponibilidade dos equipamentos da Rede Básica das concessões da IE Garanhuns, conforme legislação ANEEL. O acréscimo no desconto, em relação a 2022, foi motivado pelo desligamento de alguns ativos ocorridos durante as obras de implantação dos eventos autorizados pela ReA 10.923/21.



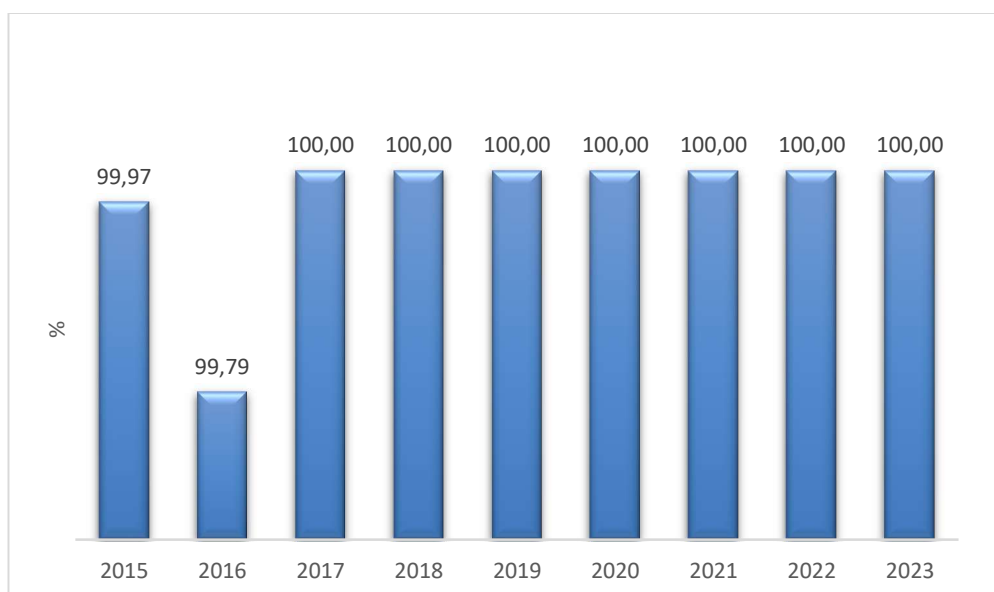
8.2.2. Indicador de robustez do sistema - IRS

Avalia a capacidade dos ativos de concessão da IE Garanhuns pertencentes à Rede Básica suportarem contingências sem interrupção de fornecimento de energia elétrica (perda de carga). Em 2023 este indicador foi mantido em seu valor máximo.



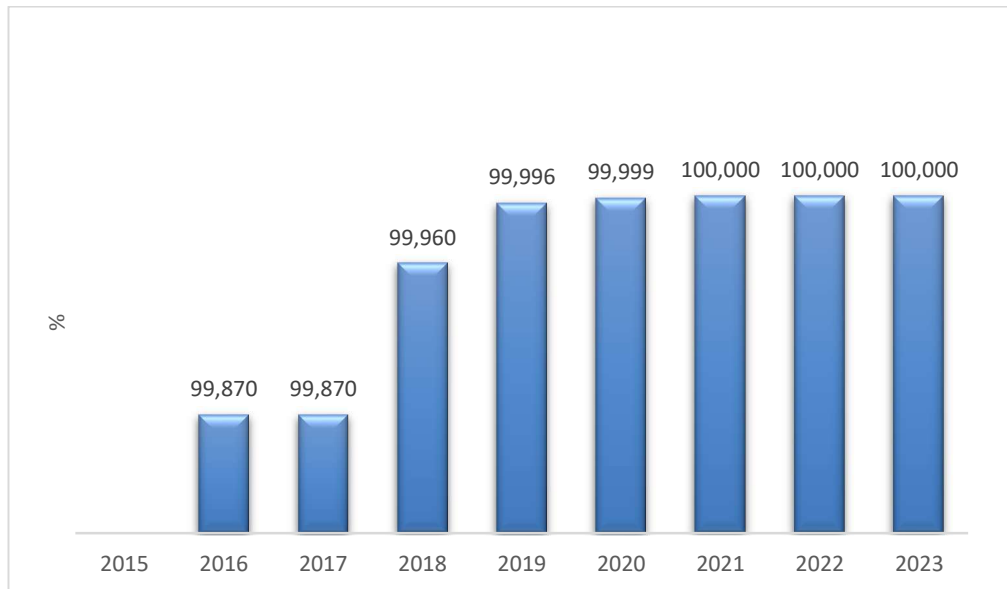
8.2.3. Indicador de disponibilidade de transformadores - IDT

Indica a disponibilidade dos transformadores pertencentes à Rede Básica dos ativos de concessão da IE Garanhuns em intervalos anuais. Em 2023 este indicador foi mantido em seu valor máximo.

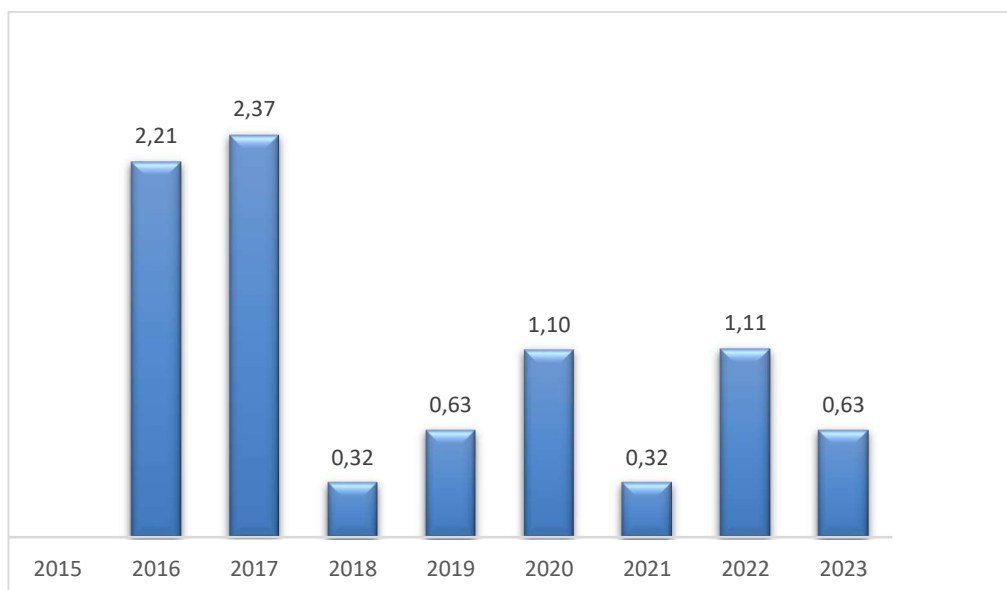


8.2.4. Indicador de disponibilidade de linhas de transmissão - IDLT

Indica a disponibilidade das Linhas de Transmissão dos ativos de concessão da IE Garanhuns em intervalos anuais. Em 2023 este indicador foi mantido em seu valor máximo.

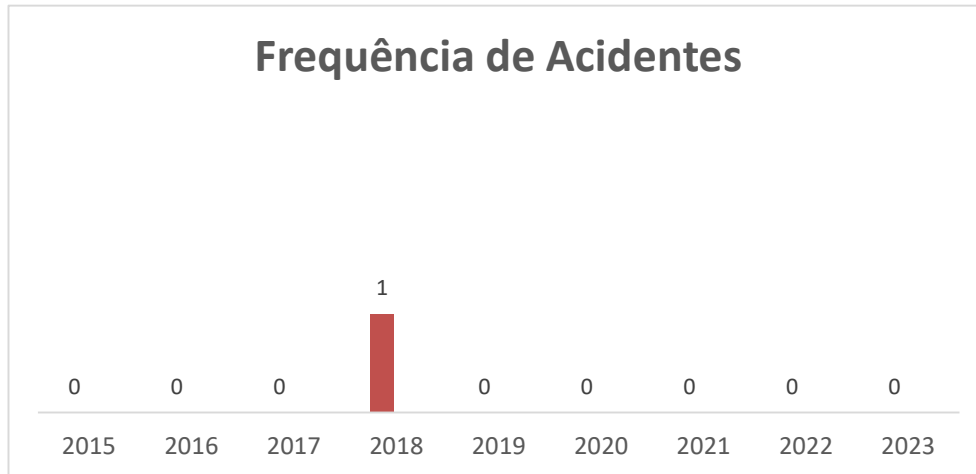


8.2.5. Desligamentos por 100 km de LT (Quantidade de desligamentos por setor de LT)



8.2.6. Frequência de acidentes

Indica a quantidade de acidentes nos quadros próprio e de terceiros.



9. AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a IE GARANHUNS informa que não possui outros contratos com seus auditores, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., que não estejam relacionados com a auditoria das Demonstrações Contábeis.

10. ENCERRAMENTO E AGRADECIMENTOS

A Administração da IE GARANHUNS, ciente do papel da Companhia, de ser a responsável pela Operação e Manutenção do empreendimento, um projeto de grande relevância no setor de energia elétrica brasileira, garantindo reforço na capacidade de transmissão e aumento da segurança e confiabilidade do sistema de transmissão da Região Nordeste e de todo Sistema Interligado Nacional, beneficiando milhares de brasileiros e alcançando o objetivo de participar ativamente dessa extensa e confiável malha energética, agradece a confiança de seus acionistas, a participação efetiva de fornecedores, financiadores e órgão governamentais na implantação do Empreendimento e a colaboração de seus empregados e corpo técnico das Companhias dos acionistas pelos resultados alcançados durante o exercício de 2023, conforme relatado neste documento.

Recife, 25 de abril de 2024.

Roberto Sampaio Pires Ferreira
Diretor Administrativo Financeiro

Moacir Biazzo Aversi
Diretor Técnico

INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

| <u>ATIVOS</u> | <u>Nota explicativa</u> | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> | <u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u> | <u>Nota explicativa</u> | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|-----------------------------------|-------------------------|-------------------|-------------------|----------------------------------------------|-------------------------|-------------------|-------------------|
| CIRCULANTES | | | | CIRCULANTES | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 2.066 | 3.399 | Fornecedores | 8 | 13.780 | 8.920 |
| Aplicações Financeiras | 6 | 11.047 | 41.207 | Empréstimos e financiamentos | 9 | 19.170 | 28.583 |
| Concessionárias e permissionárias | 7 | 10.103 | 12.893 | Tributos a recolher | 6 | 3.576 | 1.656 |
| Tributos a recuperar | 9 | 4.217 | 4.427 | Dividendos a pagar | 14 | 25.561 | 44.627 |
| Estoques | | 8.747 | 9.382 | Outras contas a pagar | 10 | 5.170 | 4.344 |
| Outros créditos | | 188 | 47 | Total dos passivos circulantes | | 67.257 | 88.130 |
| Total dos ativos circulantes | | 36.638 | 71.355 | | | | |
| | | | | NÃO CIRCULANTES | | | |
| NÃO CIRCULANTES | | | | Empréstimos e financiamentos | 9 | 75.386 | 93.289 |
| Caixa Restrito | 8 | 6.554 | 10.533 | Provisão para demandas judiciais | 13 | 7.535 | 6.096 |
| Imobilizado | 10 | 763.911 | 721.749 | Total dos passivos não circulantes | | 82.921 | 99.385 |
| Intangível | 11 | 64.078 | 61.472 | | | | |
| Total dos ativos não circulantes | | 834.543 | 793.754 | | | | |
| | | | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| | | | | Capital social | 14 | 570.000 | 570.000 |
| | | | | Reserva de lucros | | 150.733 | 107.594 |
| | | | | Total Patrimônio líquido | | 720.733 | 677.594 |
| TOTAL DO ATIVO | | 870.911 | 865.109 | TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 870.911 | 865.109 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota explicativa | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------------------------------------|---------------------|-----------------|-----------------|
| RECEITA BRUTA | 18 | 141.738 | 128.121 |
| DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL | | | |
| Pis | 18 | (2.420) | (2.085) |
| Cofins | 18 | (11.146) | (9.602) |
| ICMS | 18 | (11) | (15) |
| Encargo do consumidor | 18 | (5.674) | (4.888) |
| | | <u>(19.251)</u> | <u>(16.590)</u> |
| RECEITA LÍQUIDA | | <u>122.487</u> | <u>111.531</u> |
| CUSTOS E DESPESAS | | | |
| Pessoal | 19 | (9.021) | (9.373) |
| Material | | (395) | (668) |
| Serviços de terceiros | | (2.931) | (3.163) |
| Arrendamentos e aluguéis | | (113) | (238) |
| Depreciação e amortização | | (25.409) | (25.823) |
| Gastos diversos | | (806) | (2.393) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | | (8) | 570 |
| LUCRO BRUTO | | <u>83.820</u> | <u>70.443</u> |
| RESULTADO FINANCEIRO | | | |
| Receita Financeira | 20 | 4.774 | 5.609 |
| Despesa financeira | 20 | (9.533) | (11.186) |
| | | <u>79.061</u> | <u>64.866</u> |
| LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO | | <u>79.061</u> | <u>64.866</u> |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | | |
| Corrente | 12 | (2.388) | (2.167) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | <u>76.673</u> | <u>62.699</u> |
| Lucro por ação | | 0,13 | 0,11 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|-----------------------------------------|---------------|---------------|
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 76.673 | 62.699 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO | <u>76.673</u> | <u>62.699</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

| | Capital social | Reserva de Lucros | | | Reserva especial de dividendos | Lucros acumulados | Total |
|------------------------------------------------------|----------------|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------------------|-------------------|----------------|
| | | Reserva Legal | Incentivos Fiscais | Retenção de Lucros | | | |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 | 570.000 | 28.696 | 24.338 | 5.942 | 1.049 | - | 630.025 |
| Dividendos de exercícios anteriores não distribuídos | - | - | - | - | - | - | - |
| Complemento de reserva de incentivos fiscais | - | - | (24) | - | - | 24 | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 62.700 | 62.700 |
| Destinação do lucro | | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | - | 9.838 | - | - | - | (9.838) | - |
| Constituição de reserva de incentivos fiscais | - | - | 8.388 | - | - | (8.388) | - |
| Dividendos de exercícios anteriores não distribuídos | - | - | - | - | 29.496 | - | 29.496 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | (44.627) | (44.627) |
| Constituição de reserva de retenção de lucros | - | - | - | (129) | - | 129 | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 | <u>570.000</u> | <u>38.534</u> | <u>32.702</u> | <u>5.813</u> | <u>30.545</u> | <u>-</u> | <u>677.594</u> |
| Distribuição de dividendos de exercícios anteriores | - | - | - | - | (7.973) | - | (7.976) |
| Ajuste de reserva de incentivos fiscais | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 76.673 | 76.673 |
| Destinação do lucro | | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | - | 5.879 | - | - | - | (5.879) | - |
| Constituição de reserva de incentivos fiscais | - | - | 9.454 | - | - | (9.454) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | (25.561) | (25.561) |
| Constituição de reserva de retenção de lucros | - | - | - | 35.779 | - | (35.779) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 | <u>570.000</u> | <u>44.413</u> | <u>42.156</u> | <u>41.592</u> | <u>22.572</u> | <u>-</u> | <u>720.733</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos e milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota explicativa | 2023 | 2022 |
|--------------------------------------------------------------------|---------------------|-----------------|-----------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 76.673 | 62.699 |
| Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa | | | |
| Depreciação | | 25.409 | 25.823 |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | 13 | 9.333 | 11.011 |
| Rendimento de aplicações financeiras | 20 | (4.541) | (5.452) |
| Baixa de imobilizado | | 229 | 6.888 |
| Constituição (reversão) de provisão para contingências | 15 | 2.609 | (1.545) |
| | | <u>109.712</u> | <u>99.424</u> |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais: | | | |
| Concessionárias e permissionárias | 7 | 2.790 | (3.940) |
| Tributos a recuperar | 9 | 210 | (1.318) |
| Estoques | | 635 | (3.038) |
| Outros créditos | | (142) | 265 |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | | |
| Fornecedores | 12 | 4.860 | (3.004) |
| Tributos a recolher | | 4.310 | 2.159 |
| Demandas judiciais (fundário) | | (1.170) | (2.585) |
| Outras contas a pagar | | 827 | 926 |
| Pagamentos de imposto de renda e contribuição social | | (2.389) | (2.120) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | <u>119.643</u> | <u>86.769</u> |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Aplicações financeiras | | 34.701 | (11.308) |
| Caixa restrito | 8 | 3.979 | 168 |
| Aquisição de imobilizado | | (67.800) | (34.257) |
| Aplicações no intangível | | (2.606) | 1.583 |
| Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento | | <u>(31.726)</u> | <u>(43.814)</u> |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Dividendos pagos | | (52.600) | - |
| Amortização de principal e juros de financiamentos | 13 | (36.650) | (43.032) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | | <u>(89.250)</u> | <u>(43.032)</u> |
| REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | <u>(1.333)</u> | <u>(77)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | | 3.399 | 3.476 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | | 2.066 | 3.399 |
| AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | <u>(1.333)</u> | <u>(77)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Objeto social

A Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (“Companhia”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, em 22 de setembro de 2011, com o propósito específico de exploração de ativos de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Concessões

A Companhia assinou Contrato de Concessão ANEEL nº 22/2011, em 9 de dezembro de 2011, para Implantação e Exploração das Instalações de Transmissão constantes do “Lote L”, do Leilão ANEEL nº 004/2011.

O leilão teve como objeto a concessão do Sistema de Transmissão, composto por 8 (oito) Linhas de Transmissão e 2 (duas) Subestações conforme descrito a seguir:

- Subestação Pau Ferro 500/230 kV - 1.500 MVA, ampliação das Subestações Luiz Gonzaga 500 kV e Campina Grande III 500 kV, além de um vão de entrada de linha 230 kV na Subestação Angelim I.
- Subestação Garanhuns 500/230 kV - 600 MVA.
- Linha de Transmissão 500 kV Luiz Gonzaga - Garanhuns C2, circuito simples (218 km).
- Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns - Pau Ferro, circuito simples (209 km).
- Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns - Campina Grande III, circuito simples (194 km).
- Linha de Transmissão 230 kV Garanhuns - Angelim I, circuito simples (12 km).
- Quatro linhas de transmissão na extensão de 170,2 km foram implantadas pela Companhia e transferidas para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, por obrigação do contrato de concessão.
- Seccionamento da LT 230 kV Paulo Afonso III - Angelim C2 e C3 - circuito duplo, no Estado de Pernambuco, com extensão de 2 km (2 x 1 km).
- SE Garanhuns 500/230 kV - 600 MVA, no Estado de Pernambuco.
- SE Pau Ferro 500/230 kV - 1500 MVA, localizada no Estado de Pernambuco.

O empreendimento está localizado em 51 municípios, distribuídos nos Estados de Pernambuco (89%), Alagoas (6%) e Paraíba (5%).

Municípios atendidos:

- a) Pernambuco: Petrolândia, São João, Escada, Jatobá, Angelim, Cabo de Santo Agostinho, Tacaratu, Jupi, Vitória de Santo Antão, Calçado, Chã de Alegria, Lajedo, Glória do Goitá, Bezerras, Gravatá, Camocim de São Félix, Itaíba, Cachoeirinha, Canhotinho, Paudalho, Tupanatinga, Tacaimbó, Ibirajuba, Tracunhaém, Passira, Buíque, Lagoa de Itaenga, Carpina, Belo Jardim, Jurema, Araçoiaba, Águas Belas, Brejo da Madre de Deus, Panelas, Igarassu, Pedra, Caruaru, Altinho, Paranatama, Taquaritinga do Norte, Agrestina, Caetés, São Joaquim do Monte e Garanhuns.
- b) Paraíba: Riacho de Santo Antônio, Alcantil, Queimadas, Barra de Santana e Campina Grande.
- c) Alagoas: Mata Grande e Canapi.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária foi definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias.

Contrato de concessão

| <u>Número</u> | <u>Prazo (anos)</u> | <u>Vigência até</u> | <u>RAP (*)</u> | <u>Índice de correção</u> |
|---------------|---------------------|---------------------|----------------|---------------------------|
| 022/2011 | 30 | 09/12/2041 | R\$ 68.900 | IPCA |

(*) A RAP informada está conforme contrato de concessão ANEEL 022/2011 e tem a referência de setembro de 2011 (valor original).

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo tarifário atual (julho/23 a junho/24), conforme a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 e estabelecido em cláusula no Contrato de Concessão ANEEL nº 22/2011 foi de R\$132.138 (R\$127.189 no período de julho/22 a junho/23).

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante no montante de R\$ 30.619 (R\$ 16.775 em 31 de dezembro de 2022), sobretudo por conta dos dividendos e financiamentos a pagar. Tais obrigações refletem o fluxo de pagamentos dos próximos 12 meses, enquanto o saldo de contas a receber de concessionárias e permissionárias corresponde à parcela mensal, apenas. A Administração da Companhia entende que as operações gerarão os recursos suficientes para honrar seus compromissos e obrigações de acordo com os vencimentos contratados.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis Regulatórias. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias e societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis para fins Regulatórios não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na Nota Explicativa nº 22, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 25 de abril de 2024.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida no momento em que o ONS apura/reconhece os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

3.2. Imposto de renda e contribuição social – correntes

São apurados com base no regime de lucro real observando-se as alíquotas vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$240 no ano e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro real a partir de 2018.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.3. Imposto e encargos setoriais sobre a receita

a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

b) Encargos setoriais]

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

De acordo com o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

De acordo com o CPC 48, a Companhia aplica o modelo de perdas esperadas aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Baixa de ativos financeiros

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.6. Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7). A Companhia tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 18), com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

3.7. Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.8. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

1. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.9. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Quando aplicáveis, as provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

A Companhia possui provisão para demandas judiciais conforme a nota explicativa nº 15 cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja “provável”.

3.11. Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.12. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELO ÓRGÃO REGULADOR

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 e de 2019, conforme abaixo:

- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de performance.

- ICPC 01 - Contratos de Concessão

Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

- ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--------|-------------------|-------------------|
| Caixa | 2 | 2 |
| Bancos | <u>2.064</u> | <u>3.397</u> |
| | <u>2.066</u> | <u>3.399</u> |

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Fundos de investimentos DI Xavantes | 11.047 | 41.207 |
| | <u>11.047</u> | <u>41.207</u> |

O Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI é um fundo exclusivo da acionista ISA CTEEP, com liquidez imediata, controlado pelo Banco Itaú, constituído para investimento da ISA CTEEP, suas controladas e controladas em conjunto. O fundo registrou um rendimento acumulado de 12,47% (13,43% em 31 de dezembro de 2022), com 95,57% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (108,40% em 31 de dezembro de 2022).

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Concessionárias e permissionárias | 10.103 | 12.893 |
| | <u>10.103</u> | <u>12.893</u> |

8. CAIXA RESTRITO

O saldo de caixa restrito refere-se a contas de reserva vinculadas ao financiamento da Companhia junto ao BNDES, que conforme parágrafo sexto da cláusula nona Cessão Fiduciária, refere-se à conta reserva, equivalente a 2 (duas) prestações mensais do contrato de financiamento para a cessão fiduciária, em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa nº 9), até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, previstas para ocorrer em 15 de dezembro de 2028. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do caixa restrito é R\$ 6.554 (R\$ 10.533 em 31 de dezembro de 2022).

9. TRIBUTOS A RECUPERAR E A RECOLHER

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| <u>Ativo:</u> | | |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 2.632 | 2.496 |
| IRPJ retido na fonte | 1.021 | 1.475 |
| Outros | 564 | 456 |
| | <u>4.217</u> | <u>4.427</u> |
| <u>Passivo:</u> | | |
| PIS a recolher | 256 | 221 |
| COFINS a recolher | 1.205 | 1.032 |
| Outros tributos a recolher | 2.115 | 403 |
| | <u>3.576</u> | <u>1.656</u> |

10. IMOBILIZADO

a. Composição do imobilizado

| | Custo em 31/12/2022 | Adições | Baixas | Custo em 31/12/2023 | Depreciação acumulada | Saldo em 31/12/2023 | Saldo em 31/12/2022 |
|-----------------------------|------------------------|---------------|-----------------|------------------------|--------------------------|------------------------|------------------------|
| Em serviço: | | | | | | | |
| <u>Transmissão</u> | | | | | | | |
| Terrenos | 4.994 | - | - | 4.994 | - | 4.994 | 4.994 |
| Edificações | 16.088 | - | - | 16.088 | (4.750) | 11.338 | 11.914 |
| Máquinas e Equipamentos | 838.706 | - | - | 838.706 | (196.853) | 641.853 | 666.051 |
| Móveis e Utensílios | 100 | - | - | 100 | (52) | 48 | 55 |
| | <u>859.888</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>859.888</u> | <u>(201.654)</u> | <u>658.234</u> | <u>683.014</u> |
| <u>Administração</u> | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 1.731 | 97 | - | 1.828 | (773) | 1.056 | 1.148 |
| Veículos | 3.278 | - | - | 3.278 | (1.158) | 2.120 | 2.501 |
| Móveis e utensílios | 373 | 9 | - | 382 | (132) | 250 | 265 |
| Equipamentos de informática | 50 | 4 | - | 54 | (31) | 23 | 27 |
| | <u>5.432</u> | <u>110</u> | <u>-</u> | <u>5.542</u> | <u>(2.094)</u> | <u>3.448</u> | <u>3.941</u> |
| Em curso: | | | | | | | |
| <u>Transmissão</u> | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 240 | 2.067 | - | 2.307 | - | 2.307 | 240 |
| Desenvolvimento de projetos | 4.693 | 20.738 | - | 25.431 | - | 25.431 | 4.693 |
| Adiantamento a fornecedor | 23.748 | - | (23.748) | - | - | - | 23.748 |
| Outros | 6.113 | 68.352 | - | 74.465 | - | 74.465 | 6.113 |
| | <u>34.794</u> | <u>91.157</u> | <u>(23.748)</u> | <u>102.203</u> | <u>-</u> | <u>102.203</u> | <u>34.794</u> |
| <u>Administração</u> | | | | | | | |
| Móveis e utensílios | - | 26 | - | 26 | - | 26 | - |
| | <u>-</u> | <u>26</u> | <u>-</u> | <u>26</u> | <u>-</u> | <u>26</u> | <u>-</u> |
| | <u>900.114</u> | <u>91.293</u> | <u>(23.748)</u> | <u>967.659</u> | <u>(203.748)</u> | <u>763.911</u> | <u>721.749</u> |

b. Taxas anuais de depreciação

| | Taxas anuais médias de depreciação (%) | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|-----------------------------|----------------------------------------------|----------------|--------------------------|------------------|------------------|
| | | Custo | Depreciação acumulada | Saldo líquido | Saldo líquido |
| Em serviço: | | | | | |
| <u>Transmissão</u> | | | | | |
| Terrenos | | 4.994 | - | 4.994 | 4.994 |
| Edificações | 3,50% | 16.088 | (4.750) | 11.338 | 11.914 |
| Máquinas e Equipamentos | 3,44% | 838.706 | (196.853) | 641.853 | 666.051 |
| Móveis e Utensílios | 6,25% | 100 | (52) | 48 | 55 |
| | | <u>859.888</u> | <u>(201.654)</u> | <u>658.234</u> | <u>683.014</u> |
| <u>Administração</u> | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 4,10% | 1.828 | (773) | 1.056 | 1.148 |
| Veículos | 14,00% | 3.278 | (1.158) | 2.120 | 2.501 |
| Móveis e utensílios | 6,34% | 382 | (132) | 250 | 265 |
| Equipamentos de informática | 16,67% | 54 | (31) | 23 | 27 |
| | | <u>5.542</u> | <u>(1.094)</u> | <u>3.448</u> | <u>3.941</u> |

| | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 |
|-----------------------------|----------------------------------------------|----------------|--------------------------|------------------|
| | Taxas anuais médias de depreciação (%) | Custo | Depreciação acumulada | Saldo líquido |
| Em curso: | | | | |
| <u>Transmissão</u> | | | | |
| Máquinas e equipamentos | | 2.307 | - | 2.307 |
| Desenvolvimento de projetos | | 25.431 | - | 25.431 |
| Adiantamento a fornecedor | | - | - | - |
| Material em depósito | | 74.465 | - | 74.465 |
| | | <u>102.203</u> | <u>-</u> | <u>102.203</u> |
| <u>Administração</u> | | | | |
| Móveis e utensílios | | 26 | - | 26 |
| | | <u>26</u> | <u>-</u> | <u>26</u> |
| | | <u>967.659</u> | <u>(203.748)</u> | <u>763.911</u> |
| | | | | <u>721.749</u> |

c. Composição das adições

| | Materiais Equipamentos | Outros gastos | Total |
|-----------------------------|---------------------------|------------------|---------------|
| Máquinas e equipamentos | 2.164 | - | 2.164 |
| Móveis e utensílios | 9 | - | 9 |
| Equipamentos de informática | 4 | - | 4 |
| Desenvolvimento de projetos | 20.738 | - | 20.738 |
| Material em depósito | 68.352 | - | 68.352 |
| Total das adições | <u>91.267</u> | <u>-</u> | <u>91.267</u> |

Os materiais em depósito são destinados ao atendimento dos eventos autorizados pela Resolução nº 10.923/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

11. INTANGÍVEL

| | Custo em 31/12/2022 | Adições | Baixas | Custo em 31/12/2023 | Depreciação acumulada | Saldo em 31/12/2023 | Saldo em 31/12/2022 |
|--------------------|------------------------|--------------|-------------|------------------------|--------------------------|------------------------|------------------------|
| Em serviço: | | | | | | | |
| Servidões | 37.016 | - | - | 37.016 | - | 37.016 | 37.016 |
| Softwares | 59 | - | - | 59 | (59) | - | - |
| | <u>37.075</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>37.075</u> | <u>(59)</u> | <u>37.016</u> | <u>37.016</u> |
| Em curso: | | | | | | | |
| Servidões | 24.456 | 2.622 | (16) | 27.062 | - | 27.062 | 24.456 |
| | <u>24.456</u> | <u>2.622</u> | <u>(16)</u> | <u>27.062</u> | <u>-</u> | <u>27.062</u> | <u>24.456</u> |
| | <u>61.531</u> | <u>2.622</u> | <u>(16)</u> | <u>64.137</u> | <u>(59)</u> | <u>64.078</u> | <u>61.472</u> |

O ativo intangível refere-se, principalmente às servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

12. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores refere-se, basicamente, às compras de materiais e serviços para implementação, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, além de valores de parcela variável a pagar ao Operador Nacional do Sistema, e está assim representado:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Fornecedores de materiais e serviços | 7.217 | 2.357 |
| Parcela variável a pagar | 6.563 | 6.563 |
| | <u>13.780</u> | <u>8.920</u> |

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (1) | | |
| Principal | 94.444 | 121.728 |
| Encargos | 308 | 384 |
| | <u>94.752</u> | <u>122.112</u> |
| (-) Custos de transação | (196) | (240) |
| Total | <u>94.555</u> | <u>121.872</u> |
| Circulante | 19.170 | 28.583 |
| Não circulante | 75.386 | 93.289 |

(1) Os saldos devidos são provenientes de contrato de financiamento no valor original de R\$357.440, obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a ser pago em prestações mensais, com vencimentos até dezembro de 2028. Com exceção do subcrédito B que teve seu vencimento findo em agosto 2022, conforme contrato. Os encargos financeiros incidentes sobre a dívida são:

| <u>Parcela</u> | <u>Valor original</u> | <u>Indexador</u> | <u>Spread (% a.a.)</u> |
|----------------|-----------------------|-------------------------------------|------------------------|
| Subcrédito A | 234.978 | Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP | 2,05 |
| Subcrédito B | 120.686 | Pré-fixado | 3,50 |
| Subcrédito C | 1.776 | Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP | - |

O financiamento teve como finalidade a implantação das instalações, objeto do Contrato de Concessão n° 022/2011-ANEEL, celebrado entre a Companhia e a União, e tem como garantia o penhor de ações da Companhia, o penhor dos direitos emergentes da concessão, fiança corporativa, fundo de liquidez e outros.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 08, a Companhia contabilizou os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora da conta de empréstimos e são amortizados conforme prazo de vencimento dos empréstimos. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão representados a seguir:

| Vencimento por exercício: | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| 2023 | | 28.569 |
| 2024 | 19.158 | 18.661 |
| 2025 | 18.850 | 18.661 |
| 2026 | 18.850 | 18.661 |
| 2027 | 18.849 | 18.661 |
| 2028 | 18.849 | 18.659 |
| | <u>94.556</u> | <u>121.872</u> |

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está assim representada:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial | 121.872 | 153.893 |
| Juros incorridos | 9.333 | 11.011 |
| Amortização de principal e juros | <u>(36.649)</u> | <u>(43.032)</u> |
| Saldo final | <u>94.556</u> | <u>121.872</u> |

Conforme o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 13.2.1172.1 firmado entre o BNDES e a Companhia na cláusula décima sexta (Fiança) no parágrafo terceiro no item D, é previsto que a Companhia deve atingir ICSD Índice de Cobertura do Serviço da Dívida cumpra no período de 12 meses anteriores o valor mínimo de 1,3. Na data base dessas demonstrações contábeis, a Companhia cumpriu o índice.

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|-----------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Taxas regulamentares (RGR, P&D e TFSEE) | 4.273 | 3.348 |
| Outras contas a pagar | 897 | 996 |
| | <u>5.170</u> | <u>4.344</u> |

15. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Administração da Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

| | <u>Provável</u> | |
|-----------|-------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
| Fundiário | 7.535 | 6.096 |
| | <u>7.535</u> | <u>6.096</u> |

Durante o período de 2023, a Companhia realizou pagamentos das ações indenizatórias movidas contra a Companhia pela instituição de servidão administrativa em terrenos de terceiros para construção de linhas de transmissão de energia, os quais estavam provisionados nas demonstrações financeiras.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2023, processos administrativos tributários, fundiário e regulatórios em andamento, que totalizam aproximadamente R\$ 9.262 (R\$ 6.059 em 31 de dezembro de 2022), os quais foram avaliadas pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível, não existindo assim, provisão para perda registrada nas demonstrações financeiras para esses processos.

A movimentação do exercício para os processos com probabilidade de perda provável é conforme segue:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial | 6.096 | 10.271 |
| Reversões de provisões | - | (1.546) |
| Pagamentos | (1.645) | (2.585) |
| Constituição de provisões | 3.084 | - |
| Saldo final | <u>7.535</u> | <u>6.096</u> |

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|----------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda | 79.061 | 64.866 |
| Alíquota nominal vigente de IR e CSLL (34%) | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social esperada | <u>(26.881)</u> | <u>(22.054)</u> |
| Adições (exclusões), líquidas | 15.039 | 11.499 |
| Incentivo fiscal - SUDENE | 9.454 | 8.388 |
| Imposto de renda e contribuição social | <u>(2.388)</u> | <u>(2.167)</u> |
| Alíquota efetiva | 9% | 10% |

Em 29 de dezembro de 2016, foi emitido o Laudo de Constituição nº 0220/2016 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) onde aprova o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis em favor da companhia com o período de fruição de 2016 a 2025. A fundamentação legal para o reconhecimento do direito é o Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199/2014, de 24 de agosto de 2011, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é de R\$570.000, representado por 570.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite do capital social autorizado de R\$600.000.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

| <u>Acionista</u> | <u>Quantidade de ações</u> | <u>%</u> |
|------------------|--------------------------------|-------------|
| CTEEP | 290.700 | 51% |
| CHESF | 279.300 | 49% |
| | <u>570.000</u> | <u>100%</u> |

b. Reservas de lucros

- (i) Reserva legal: Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva especial de dividendos: De acordo com o estatuto da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei.
- (iii) Reserva de retenção de lucros: A parcela remanescente do lucro líquido do exercício, após as distribuições e demais destinações estatutárias, permanecerá à disposição dos acionistas para futuras destinações.
- (iv) Reserva de incentivo fiscal: O valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), deve constituir reserva de capital da empresa e só poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não podendo ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do benefício fiscal e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e demais penalidades cabíveis (art.19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.298/77).

c. Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido societário do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|-----------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício - societário | 117.578 | 196.732 |
| (-) Reserva legal | (5.879) | (9.837) |
| (-) Reserva de incentivo fiscal | (9.454) | (8.388) |
| Base de cálculo | <u>102.245</u> | <u>178.507</u> |
| Dividendos mínimos obrigatórios | <u>25.561</u> | <u>44.627</u> |

A movimentação dos dividendos propostos e a pagar estão representadas a seguir:

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|-----------------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Dividendos aprovados anos anteriores | 44.627 | 29.496 |
| Dividendos mínimos obrigatórios pagos no exercício corrente (c) | (44.627) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios revertidos (a) | - | (29.496) |
| Reversão de reserva de dividendos (c) | 7.973 | |
| Dividendos pagos de exercícios anteriores (c) | (7.973) | |
| Dividendos mínimos obrigatórios do período corrente (b) | <u>25.561</u> | <u>44.627</u> |
| Saldo final | <u>25.561</u> | <u>44.627</u> |

- (a) O valor dos dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos em 2021, no montante de R\$ 29.496, foi registrado no passivo circulante e, no decorrer de 2022, foi revertido para a Reserva especial de dividendos, após deliberação dos acionistas em AGE de 12 de dezembro de 2022.
- (b) As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 contemplam o valor do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 25.561, registrado no passivo circulante, em função de sua natureza de obrigação legal e estatutária.
- (c) Além do montante de R\$44.627, durante o exercício de 2023, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 7.973, contra a reserva especial de dividendos, a título de dividendos de exercícios anteriores.

18. RECEITA LÍQUIDA

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|-------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita de transmissão de energia elétrica | <u>141.738</u> | <u>128.121</u> |
| | <u>141.738</u> | <u>128.121</u> |
| Deduções da receita operacional | | |
| PIS sobre Receita | (2.420) | (2.085) |
| Cofins sobre Receita | (11.146) | (9.602) |
| ICMS sobre Receita | (11) | (15) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | (510) | (439) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - FNDCT | (510) | (439) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - MME | (255) | (219) |
| Quota para Reserva Global de Reversão - RGR | (3.813) | (3.285) |
| Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica | (587) | (506) |
| | <u>(19.251)</u> | <u>(16.590)</u> |
| Receita operacional líquida | <u>122.487</u> | <u>111.531</u> |

a. Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste – PA

A Resolução Normativa n.º 729, emitida pela ANEEL em 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), que é uma penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. Os valores de PV são reconhecidos como redução de receita de operação e manutenção, no período em que ocorrem. A Resolução Normativa nº 853, emitida pela ANEEL em 13 de agosto de 2019, atualizou a REN nº 729/2016, associada à disponibilidade e à capacidade operativa das Funções de Transmissão Conversora, sendo que sua vigência se iniciou a partir de 1 de janeiro de 2020. A Resolução Normativa nº 906, de 8 de dezembro de 2020, consolidou as Regras de Transmissão de Energia Elétrica e revogou as Resoluções Normativas no 191, no 669, no 729, no 782 e no 853, entrando em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto no contrato de concessão, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste. O reconhecimento contábil da compensação a ser realizada via PA ocorre quando do efetivo recebimento do superávit ou do desconto do déficit que consta no faturamento mensal da Companhia, de modo que, quando ocorre o reajuste anual da RAP, o valor a ser compensado está registrado como um valor a pagar ou a receber referente ao período anterior ao reajuste. O saldo ativo, a título da Parcela de Ajuste – PA, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 2.362, (R\$ 1.883, em 31 de dezembro de 2022).

b. Reajuste tarifário anual

Em 2023, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.216, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

19. PESSOAL E ADMINISTRADORES

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|------------------------|---------------------|---------------------|
| Pessoal | | |
| Remuneração | 2.863 | 3.366 |
| Encargos | 1.968 | 2.322 |
| Indenizações | 230 | - |
| Bônus por desempenho | 243 | 270 |
| Benefícios | <u>2.430</u> | <u>2.233</u> |
| | 7.734 | 8.191 |
| Administradores | | |
| Remuneração e encargos | <u>1.287</u> | <u>1.182</u> |
| | 1.287 | 1.182 |
| | | |
| Resultado financeiro | <u><u>9.021</u></u> | <u><u>9.373</u></u> |

Em 2023, as horas trabalhadas dentro do escopo da Resolução nº 10.923/2021 foram registradas no ativo.

20. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|---------------------------------------------|----------------|-----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Receita de aplicações financeiras | 4.541 | 5.452 |
| Tributos sobre a receita financeira | (263) | (244) |
| Outras receitas financeiras | 495 | 401 |
| | <u>4.774</u> | <u>5.609</u> |
| Despesas financeiras | | |
| Encargos sobre empréstimos e financiamentos | (9.333) | (11.011) |
| Outros | (200) | (174) |
| | <u>(9.533)</u> | <u>(11.185)</u> |
| Resultado financeiro | <u>(4.759)</u> | <u>(5.577)</u> |

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

2.1 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados por: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, concessionárias e permissionárias, ativo da concessão - financeiro, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

A Companhia avalia que considerando os prazos de realização e as características dos seus instrumentos financeiros, não há indícios de que a os valores contábeis estejam significativamente diferentes dos valores de mercado.

Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos e, portanto, nenhuma operação desta natureza foi efetuada nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|----------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| <u>Ativos financeiros</u> | | |
| Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.066 | 3.399 |
| Aplicação financeira | 11.047 | 41.207 |
| Caixa restrito | 6.554 | 10.533 |
| Mensurados ao custo amortizável: | | |
| Concessionárias e permissionárias | 10.103 | 12.893 |
| <u>Passivos financeiros</u> | | |
| Mensurados ao custo amortizável: | | |
| Fornecedores | 13.780 | 8.920 |
| Empréstimos e financiamentos | 94.557 | 121.872 |
| Outras contas a pagar | 5.170 | 4.344 |

2.2 Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores e empréstimos e financiamentos. O principal propósito dos empréstimos e financiamentos é captar recursos para as operações da Companhia.

A Companhia possui depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia está exposta a risco de crédito e risco de regulação.

A administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas e disposição para risco da Companhia.

A Companhia não realiza operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo:

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer swap contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da entidade decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos emitidos a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e taxas prefixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com investidores desse mercado.

A Administração entende como baixo o risco de grandes variações no CDI e na TJLP, levando em conta a política monetária vigente conduzida pelo Governo Federal. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gerência financeira da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pela administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como das demais empresas do setor de energia, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

2.3 Sensibilidade a taxas de juros

Em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgamos quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevantes pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do período.

No quadro abaixo, são considerados três cenários, sendo (i) cenário atual (provável) que é aquele adotado pela Companhia e (ii) cenário com deterioração de 25% da variável do risco considerado e (iii) cenário com deterioração de 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base em hipóteses de alterações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Vale lembrar que os cenários apresentados estão sujeitos a ajustes relevantes em função de variações de performance operacional da companhia, que podem influenciar o seu nível de endividamento e liquidez.

| Operação | Risco | Risco de juros – Efeitos no Resultado Financeiro | | | | |
|------------------------------|-------------------|--------------------------------------------------|---------------------------------------|----------------|-----------------------------------|----------------|
| | | Saldo em 31.12.2023 | Riscos de elevação dos indexadores | | Risco de queda dos indexadores | |
| | | | Cenário I | Cenário II | Cenário I | Cenário II |
| Ativos financeiros | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 95,57% do CDI | 4.541 | 5.677 | 6.812 | 3.406 | 2.271 |
| Passivos financeiros | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | TJLP + 5,55% a.a. | (9.333) | (11.677) | (14.000) | (7.000) | (4.667) |
| | | (4.792) | (5.990) | (7.188) | (3.594) | (2.396) |

22. COBERTURA DE SEGUROS

A cobertura dos contratos de seguro está evidenciada a seguir:

| Finalidade do seguro | Vigência | Importância segurada |
|-------------------------------------------------------------------------|------------|-------------------------|
| Incêndio, queda de raio e explosão de bens do Imobilizado (Instalações) | 01/06/2024 | 93.224 |
| Cobertura sobre casco, acidentes pessoais e danos corporais (Veículos) | 03/12/2024 | 3.097 |

No dia 18/01/2023, o seguro das instalações foi renovado até o dia 01/06/2024. As premissas adotadas para a contratação dos seguros não fazem parte do escopo de uma auditoria e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

23. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a. Ativo

| | 2023 | | | 2022 | | |
|-----------------------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|
| | Societário | Ajustes CPC's | Regulatório | Societário | Ajustes CPC's | Regulatório |
| <u>Circulantes</u> | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.066 | - | 2.066 | 3.399 | - | 3.399 |
| Aplicações financeiras | 11.047 | - | 11.047 | 41.207 | - | 41.207 |
| Concessionárias e permissionárias | 10.103 | - | 10.103 | 12.893 | - | 12.893 |
| Tributos a recuperar | 4.217 | - | 4.217 | 4.427 | - | 4.427 |
| Estoques | 2.948 | 5.799 | 8.747 | 3.353 | 6.029 | 9.382 |
| Ativo da concessão | 112.576 | (112.576) | - | 107.539 | (107.539) | - |
| Outros créditos | 188 | - | 188 | 46 | 1 | 47 |
| Total dos ativos circulantes | <u>143.145</u> | <u>(106.777)</u> | <u>36.368</u> | <u>172.864</u> | <u>(101.509)</u> | <u>71.355</u> |
| <u>Não circulantes</u> | | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | | |
| Caixa restrito | 6.554 | - | 6.554 | 10.533 | - | 10.533 |
| Ativo da concessão LP | 1.357.443 | (1.357.443) | - | 1.247.419 | (1.247.419) | - |
| Imobilizado | 7.266 | 756.645 | 763.911 | 7.644 | 714.105 | 721.749 |
| Intangível | - | 64.078 | 64.078 | - | 61.472 | 61.472 |
| Total dos ativos não circulantes | <u>1.371.263</u> | <u>(536.720)</u> | <u>834.543</u> | <u>1.265.596</u> | <u>(471.842)</u> | <u>793.754</u> |
| Total do ativo | <u>1.514.408</u> | <u>(643.497)</u> | <u>870.911</u> | <u>1.438.460</u> | <u>(573.351)</u> | <u>865.109</u> |

b. Passivo e Patrimônio Líquido

| | 2023 | | | 2022 | | |
|--------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Societário | Ajustes CPC's | Regulatório | Societário | Ajustes CPC's | Regulatório |
| <u>Circulantes</u> | | | | | | |
| Fornecedores | 13.780 | - | 13.780 | 8.920 | - | 8.920 |
| Empréstimos e financiamentos | 19.170 | - | 19.170 | 28.583 | - | 28.583 |
| Tributos a recolher | 3.576 | - | 3.576 | 1.656 | - | 1.656 |
| Dividendos a pagar | 25.561 | - | 25.561 | 44.627 | - | 44.627 |
| Outras contas a pagar | 5.170 | - | 5.170 | 4.344 | - | 4.344 |
| Total dos passivos circulantes | <u>67.257</u> | <u>-</u> | <u>67.257</u> | <u>88.130</u> | <u>-</u> | <u>88.130</u> |

| | 2023 | | | 2022 | | |
|---------------------------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|
| | Societário | Ajustes CPC's | Regulatório | Societário | Ajustes CPC's | Regulatório |
| <u>Não circulantes</u> | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 75.386 | - | 75.386 | 93.289 | - | 93.289 |
| Provisão para contingências | 7.535 | - | 7.535 | 6.096 | - | 6.096 |
| Pis e Cofins diferidos | 135.961 | (135.961) | - | 125.333 | (125.333) | - |
| IR e CSLL Diferidos | 119.550 | (119.550) | - | 100.937 | (100.937) | - |
| Total dos passivos não circulantes | <u>338.432</u> | <u>(255.511)</u> | <u>82.921</u> | <u>325.655</u> | <u>(226.270)</u> | <u>99.385</u> |
| <u>Patrimônio líquido</u> | | | | | | |
| Capital social | 570.000 | - | 570.000 | 570.000 | - | 570.000 |
| Reserva de lucros | 538.719 | (387.986) | 150.733 | 454.675 | (347.081) | 107.594 |
| Total do Patrimônio líquido | <u>1.108.719</u> | <u>(387.986)</u> | <u>720.733</u> | <u>1.024.675</u> | <u>(347.081)</u> | <u>677.594</u> |
| Total do passivo e patrimônio líquido | <u>1.514.408</u> | <u>(643.497)</u> | <u>870.911</u> | <u>1.438.460</u> | <u>(573.351)</u> | <u>865.109</u> |

c. Resultado

| | 2023 | | | 2022 | | |
|---------------------------------------------------|-----------------|-----------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|
| | Societário | Ajustes CPC's | Regulatório | Societário | Ajustes CPC's | Regulatório |
| <u>Receita Líquida</u> | 226.921 | (104.434) | 122.487 | 169.588 | (58.057) | 111.531 |
| <u>Custos e despesas</u> | | | | | | |
| Pessoal | (9.021) | - | (9.021) | (9.373) | - | (9.373) |
| Material | (395) | - | (395) | (668) | - | (668) |
| Serviços de terceiros | (2.931) | - | (2.931) | (3.163) | - | (3.163) |
| Arrendamentos e aluguéis | (113) | - | (113) | (238) | - | (238) |
| Custos de construção | (66.131) | 66.131 | - | (29.629) | 29.629 | - |
| Depreciação e amortização | (629) | (24.780) | (25.409) | (581) | (25.242) | (25.823) |
| Gastos diversos | (4.370) | 3.564 | (806) | 105.295 | (107.688) | (2.393) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 8 | - | 8 | 570 | - | 570 |
| Lucro Bruto | <u>143.339</u> | <u>(59.519)</u> | <u>83.820</u> | <u>231.801</u> | <u>(161.358)</u> | <u>70.443</u> |
| <u>Resultado financeiro</u> | | | | | | |
| Receita Financeira | 4.774 | - | 4.774 | 5.609 | - | 5.609 |
| Despesa financeira | (9.533) | - | (9.533) | (11.179) | (7) | (11.186) |
| | <u>(4.759)</u> | <u>-</u> | <u>(4.759)</u> | <u>(5.570)</u> | <u>(7)</u> | <u>(5.577)</u> |
| <u>Lucro antes do imposto sobre o lucro</u> | <u>138.580</u> | <u>(59.519)</u> | <u>79.061</u> | <u>226.231</u> | <u>(161.365)</u> | <u>64.866</u> |
| <u>Imposto de renda e contribuição social</u> | | | | | | |
| Corrente | (2.388) | - | (2.388) | (2.167) | - | (2.167) |
| Diferido | (18.614) | 18.614 | - | (27.332) | 27.332 | - |
| | <u>(21.002)</u> | <u>18.614</u> | <u>(2.388)</u> | <u>(29.499)</u> | <u>27.332</u> | <u>(2.167)</u> |
| Lucro líquido do exercício | <u>117.578</u> | <u>(40.905)</u> | <u>76.673</u> | <u>196.732</u> | <u>(134.033)</u> | <u>62.699</u> |

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória

23.1. Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações contábeis societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e aos serviços de operação e manutenção, classificados em:

i. Ativo de concessão – contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

23.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC.

23.3. PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

23.4. Patrimônio líquido

Saldo referente a diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47 líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|-----------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Patrimônio líquido societário | <u>1.108.719</u> | <u>1.024.675</u> |
| Ativo de contrato de concessão (CPC 47) | (1.470.019) | (1.354.958) |
| Imobilizado, intangível (CPC 47) | 820.723 | 775.577 |
| Pis e Cofins Diferidos (CPC 47) | 135.961 | 125.333 |
| IR e CSLL Diferidos (CPC 47) | 119.550 | 100.937 |
| Outros (CPC 47) | <u>5.799</u> | <u>6.030</u> |
| Patrimônio líquido regulatório | <u><u>720.733</u></u> | <u><u>677.594</u></u> |

23.5. Lucro líquido do exercício

Saldo referente a diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47 líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Lucro líquido societário | <u>117.578</u> | <u>196.732</u> |
| Receita líquida (CPC 47) | (104.434) | (58.057) |
| Custos de construção (CPC 47) | 66.131 | 29.629 |
| Depreciação e amortização (CPC 47) | (24.780) | (25.242) |
| IR e CSLL Diferidos (CPC 47) | 18.614 | 27.332 |
| Outros (CPC 47) | <u>3.564</u> | <u>(107.695)</u> |
| Lucro líquido regulatório | <u><u>76.673</u></u> | <u><u>62.699</u></u> |

24. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

A Administração da Companhia aprovou e autorizou a emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias em 26 de abril de 2024, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até a data.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente sem ressalvas separado, com data de 06 de Fevereiro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

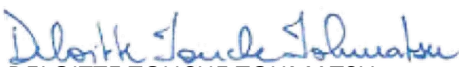
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

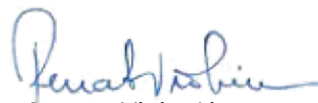
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5